

NUCLEOS E VOCÊ. CONECTADOS SOMOS UMA GRANDE EQUIPE.

RELATÓRIO ANUAL • 2013



nucleos

Instituto de Seguridade Social





Marcelo Rabbat:
mrabbat@vincipartners.com

Alexandre Damasceno:
adamasceno@vincipartners.com

Fernando Lovisotto:
flovissotto@vincipartners.com

Tais Campos:
tcampos@vincipartners.com

t. 55 11 3572 3744
www.vincipartners.com

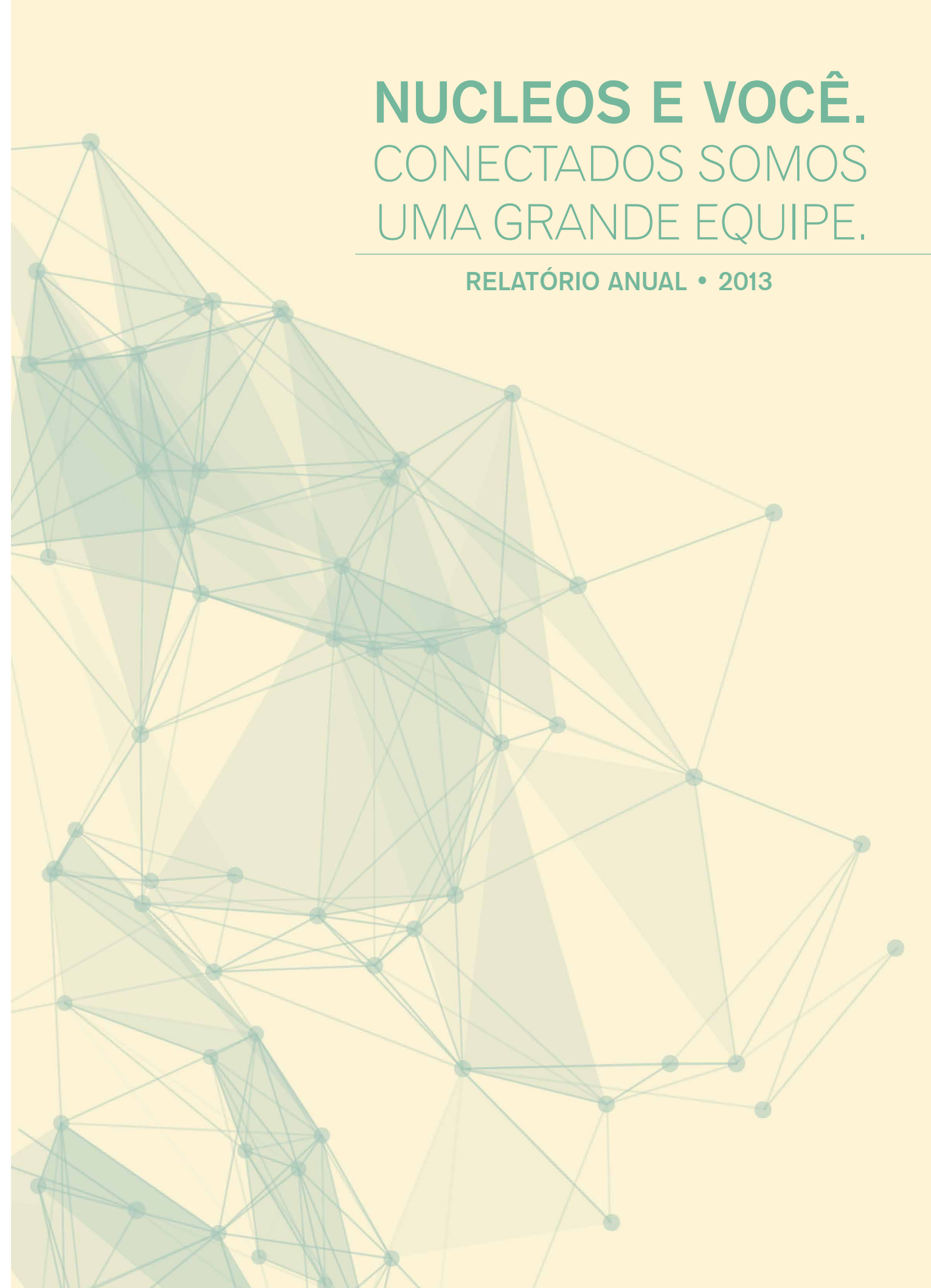
Av. Ataulfo de Paiva,153
5º andar Leblon
22440-032 Rio de Janeiro RJ Brasil

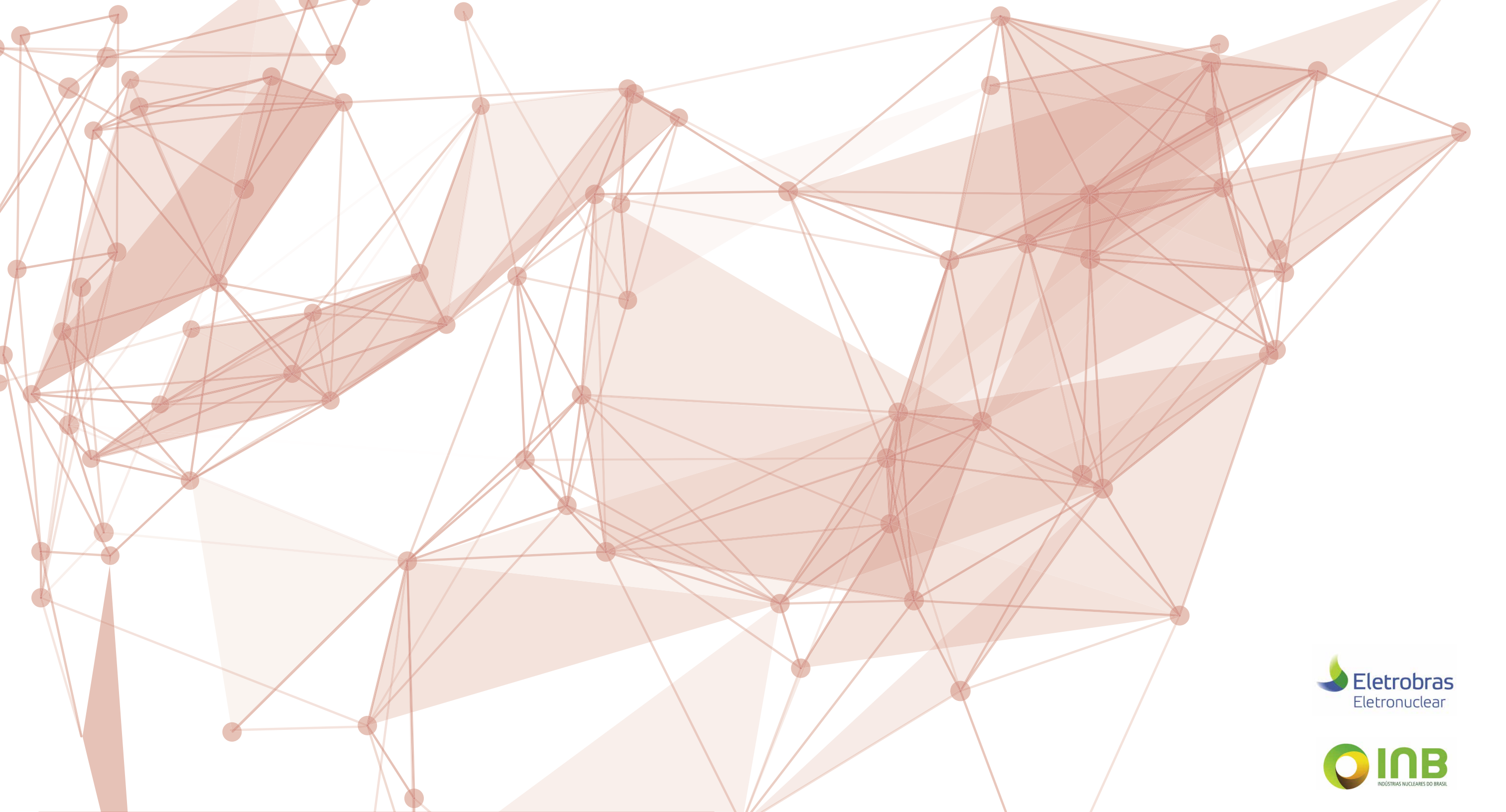
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277
14º andar Jardim Paulistano
01452-000 São Paulo SP Brasil

Av. Pres. Vargas, 2.121
8º andar Jardim América
14020-260 Ribeirão Preto SP Brasil

NUCLEOS E VOCÊ. CONECTADOS SOMOS UMA GRANDE EQUIPE.

RELATÓRIO ANUAL • 2013





Este relatório foi produzido com 100% de apoio financeiro dos anunciantes.



SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO

FATOS IMPORTANTES EM 2013

NOSSA EQUIPE

MENSAGEM DA DIRETORIA

POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

1. Política de administração
2. Certificação
3. Código de conduta e ética
4. Controles internos e ISO 9001:2008
5. Sistema corporativo
6. Despesas administrativas

GESTÃO DE INVESTIMENTO

1. Política de investimentos
2. Estudo de Macroalocação de Ativos
3. Considerações sobre o cenário econômico – 2013
4. Alocação de Investimentos
5. Gestão de Investimentos
 - 5.1 Fundos Exclusivos
6. Fundo de Investimento em participações
 - 6.1 Concessionária Rio – Teresópolis – CRT
 - 6.2 Energia PCH
7. Carteira própria
8. Empréstimos a participantes
9. Imóveis
10. Serviços de Suporte à Gestão dos investimentos
 - 10.1 Agente Custodiante / Administrador
 - 10.2 Consultoria Macroeconômica
 - 10.3 Consultoria de Risco
 - 10.4 Base de Dados
 - 10.5 Serviço de ALM
11. Despesa com a Gestão dos Investimentos
12. Informações Gerais
13. Considerações finais

GESTÃO PREVIDENCIAL

1. Informações gerenciais sobre o PBB
 - 1.1 Participantes ativos
 - 1.2 Novos participantes
 - 1.3 Participantes assistidos
2. Avaliação atuarial

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

PARECERES

1. Parecer dos auditores independentes - PricewaterhouseCoopers
2. Parecer atuarial - Towers Watson
3. Parecer do Conselho Fiscal
4. Parecer do Conselho Deliberativo

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DO NUCLEOS

1. Profissionais certificados até 31.12.2013
2. Participação nas Comissões Técnicas da Abrapp – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

COMUNICAÇÃO

1. Comunicados
2. Edições do Nuclin
3. Edições do Nuclin Express

ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA DIRETORES

Norman Victor Walter Hime
Presidente
Eletronuclear

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
INB

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
Nuclep - eleito pelos participantes

CONSELHO DELIBERATIVO TITULARES

Paulo César da Rocha Dantas - Presidente em Exercício
INB

André Ribeiro Mignani
Eletronuclear

André Luiz Fernandes de Almeida
Nuclep

Nelson Ramos Nogueira Filho
INB - repr. eleito pelos participantes

Carlos Fernandes
Eletronuclear - repr. eleito pelos participantes

Hermínio de Aguiar Caldeira
INB - repr. eleito pelos participantes

SUPLENTES

Carlos Alberto de Oliveira
INB

Ronaldo Teixeira Buffa
Eletronuclear

Clézio dos Santos Oliveira
Nuclep

Roberto Dias Saraiva
INB - repr. eleito pelos participantes

José Pereira Nascimento
Eletronuclear - repr. eleito pelos participantes

Carlos Eduardo Del Negro Sansone
Eletronuclear - repr. eleito pelos participantes

CONSELHO FISCAL TITULARES

Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena - Presidente
INB - repr. eleito pelos participantes

Rosângela Vieira Paes da Silva
Nuclep

Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
INB

SUPLENTES

Eduardo Zaroni
INB - repr. eleito pelos participantes

Jorge Teixeira da Silva
Nuclep

Thiago Almeida Ferreira
INB

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS - CCI MEMBROS

Carlos Eduardo Del Negro Sansone
Coordenador - Eletronuclear

Daniel Moraes da Costa
INB

Rosângela Vieira Paes da Silva
Nuclep

Norman Victor Walter Hime - Presidente
Eletronuclear

Luiz Claudio Levy Cardoso - Diretor Financeiro
INB

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
Nuclep

2013 • FATOS IMPORTANTES

JANEIRO

1. Nucleos lança série de vídeos institucionais e educativos

Inserido no contexto da Educação Financeira e Previdenciária, o Nucleos produziu uma série de vídeos com temas de interesse de todos os seus participantes, como plano de custeio, benefícios e empréstimos. Na coleção, um vídeo institucional apresenta a criação do Instituto e sua evolução através dos anos. Os vídeos se encontram no site do Nucleos na área de Educação Financeira e Previdenciária.

2. Antônio Sena toma posse no Conselho Fiscal

No dia 18 de janeiro de 2013, tomou posse o conselheiro Fiscal eleito Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena e seu suplente, Eduardo Zaroni, para cumprir mandato de quatro anos no colegiado, em substituição à conselheira Fiscal eleita Elizabeth Taveira Ramos e ao seu suplente, Aluizio Borges, que completaram seus mandatos.

FEVEREIRO

3. Nucleos passa a ter acesso a todos os atos em processo contra ex-dirigentes

Em despacho do dia 27 de fevereiro de 2013, o juiz Federal Tiago Pereira Macaciel deferiu o ingresso do Nucleos como assistente do Ministério Público Federal para que o Instituto possa atuar no processo e acompanhar todos os atos processuais relativos à ação penal contra seus ex-dirigentes. Sempre que houver informação relevante, o Instituto passa a ter conhecimento do andamento do processo para que, assim, possa informar e atualizar os seus participantes.

ABRIL

4. Nucleos sobe 24 posições no ranking Abrapp-Sindapp

Na edição de 2013 do consolidado estatístico da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Sindapp, após o fechamento contábil de 31/12/2012, o Nucleos apareceu na 54ª posição entre cerca de 250 entidades. Este é o mais importante ranking do País das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Desde 2005 e até dezembro de 2012, o Instituto subiu 24 posições (naquele ano, ocupava o 78º lugar), resultado, em grande parte, do crescimento de seu ativo líquido: de R\$ 512,498 milhões (em setembro de 2005) para R\$ 1,964 bilhão, em dezembro de 2012.

MAIO

5. Nucleos inicia processo eleitoral

O Nucleos deu início no dia 2 de maio de 2013 ao processo eleitoral para escolha do seu novo diretor de Benefícios e de um membro efetivo (e respectivo suplente) para o Conselho Fiscal. De acordo com o cronograma aprovado pela Comissão Eleitoral, o período de votação – realizada estritamente pela internet – ocorreu entre os dias 29 de agosto e 7 de setembro, e a homologação do resultado, dia 16 de setembro.

JUNHO

6. Investidor Institucional publica lista das fundações que se destacaram

A revista Investidor Institucional nº 249, de junho de 2013 publica a lista das Fundações que mais se destacaram no ano de 2013, quando o Nucleos obteve a 5ª maior Rentabilidade Total (26,62%) e a 3ª maior rentabilidade em Renda Fixa (30,35%) dos Fundos de Pensão do país.

7. Instituto passa no crivo dos auditores da Previc

No dia 13 de junho de 2013, o Nucleos recebeu da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, órgão fiscalizador, o Relatório de Fiscalização 17/2013/ERRJ/Previc. Trata-se da conclusão da auditoria realizada ao longo de três meses e que teve como pano de fundo a análise dos princípios, regras e práticas de governança, além de gestão e controles internos adotados pelo Instituto. Resultado: a constatação, por aquela autarquia federal, de inexistência de qualquer tipo de irregularidade. Os auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil analisaram um rol de 56 itens de informações e documentos do Nucleos.

8. Revista Veja publica carta do Nucleos

Mencionado em uma reportagem-denúncia da Veja sobre alguns fundos de pensão envolvidos, em 2005, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios por prejuízos em operações com títulos públicos, o Nucleos, através de sua Diretoria Executiva, enviou uma carta-resposta que foi publicada pela própria revista, e depois reproduzida em portais especializados. O objetivo desta ação foi preservar a imagem do Instituto e mostrar que, daquele ano para cá, o seu Conselho Deliberativo e a nova Diretoria Executiva tomaram todas as medidas técnicas administrativas e legais para a responsabilização nas esferas cível e criminal dos dirigentes e funcionários envolvidos.

9. Conselho Deliberativo tem novos membros

Em 17 de junho de 2013, tomaram posse os conselheiros indicados pelas patrocinadoras INB, Nuclep e Eletronuclear, respectivamente: Paulo César da Rocha Dantas e suplente, Carlos Alberto de Oliveira, André Luiz Fernandes de Almeida e suplente, Clézio dos Santos Oliveira, e André Ribeiro Mignani (que se desligou do Conselho Fiscal) e suplente, Ronaldo Teixeira Buffa. Seus mandatos no Conse-

lho Deliberativo seguirão até 16 de junho de 2017, conforme determina o artigo 34, parágrafo 4º, do Estatuto Social do Nucleos.

JULHO

10. Auditorias interna e externa confirmam certificação da norma NBR ISO 9001:2008

Nos meses de junho e julho de 2013 foram realizadas no Nucleos auditorias de qualidade interna e externa por duas empresas especializadas, Kaizen Consultores Associados e Bureau Veritas Certification Brasil, respectivamente. O objetivo de ambas auditorias foi avaliar a conformidade do sistema de gestão da qualidade do Instituto em relação aos requisitos da norma NBR ISO 9001:2008, na expectativa da manutenção anual da certificação. Todas as áreas administrativas do Nucleos foram avaliadas pelas duas auditorias; como não foi observada qualquer inconformidade, a certificação do Instituto foi mantida. As auditorias são um importante sistema de informações para a administração de empresas e entidades como o Nucleos, já que possibilitam o aperfeiçoamento da qualidade de seus produtos, processos e serviços.

SETEMBRO

11. Paulo Sérgio Poggian é eleito diretor de Benefícios

A Comissão Eleitoral do Nucleos divulgou, no dia 9 de setembro de 2013, o resultado da eleição para o cargo de diretor de Benefícios. O candidato eleito foi Paulo Sérgio Poggian, funcionário da patrocinadora Nuclep há 20 anos; ele venceu com larga diferença de votos, conquistando 812 do total de 1.522 votantes – ou mais de 50% dos votos válidos. Formado em Direito, Poggian possui ampla experiência profissional acumulada não só pelos anos de carreira, mas, em particular, pela sua intensa

e produtiva participação em órgãos importantes do Nucleos: ele foi membro do Conselho Deliberativo no período de 2007 a 2011 e membro do Comitê Consultivo de Investimentos entre os anos de 2007 a 2010. Nesta eleição houve um acréscimo significativo do percentual de votantes em relação aos últimos pleitos ocorridos no Instituto.

OUTUBRO

12. Maior interação com os representantes do Nucleos nas patrocinadoras

Buscando maior interação e atualização de seus representantes nas patrocinadoras, a Diretoria Executiva do Nucleos promoveu nos meses de outubro e novembro de 2013 encontros com seus representantes. A grande importância deste tipo de evento é evidente, reconhecida tanto pelo Instituto quanto pelas patrocinadoras, e visa oferecer informações e serviços cada vez melhores a todos os participantes.

NOVEMBRO

13. Visita à INB em Resende aproxima Nucleos de seus participantes

Mostrar o Nucleos de forma ampla e detalhada, esclarecer com total transparência as dúvidas dos participantes, abrir novos canais de comunicação entre as patrocinadoras, os participantes e o Instituto: foram estes os principais objetivos da visita feita por representantes do Nucleos à unidade de Resende da INB no dia 13 de novembro de 2013. Temas como a governança do Instituto, os processos de certificação dos gestores e da própria entidade e instrumentos de controles internos foram abordados durante o encontro. Também entraram em pauta a auditoria da Previc e a dos auditores independentes, uma avaliação da rentabilidade dos investimentos e questões como Plano de Custeio, empréstimos e perspectivas para 2014.

DEZEMBRO

14. Pesquisa de Satisfação revela alto grau de aprovação do Nucleos

Para medir o grau de satisfação dos participantes com o Instituto, foi realizada nas últimas semanas de 2013 uma ampla pesquisa de opinião. Desenvolvido e aplicado por uma empresa independente e especializada com comprovada experiência em pesquisas para fundos de pensão, a Plus Interativa, o trabalho teve como foco as áreas de Atendimento, Comunicação e Administração. As críticas e sugestões apresentadas subsidiarão o processo de melhoria continuada da gestão da entidade.

Pesquisa de Satisfação 2013 Principais indicadores

Comunicação

Dos entrevistados que apresentaram opinião, 76,1% aprovam os canais de comunicação do Nucleos.

Atendimento

Dos entrevistados que já foram atendidos pelo Nucleos, 85,1% acham o Atendimento “excelente” ou “bom”.

Satisfação

Quando perguntados “De maneira geral, como você avalia o Nucleos?”, 79,8% dos entrevistados responderam “bom” ou “excelente”.

Confiança

Do total de entrevistados, 81,6% recomendariam o Plano de Benefícios do Nucleos a um novo empregado de sua patrocinadora.

Nucleos em uma palavra

Para 59,6% do total de entrevistados, a primeira palavra que vem à mente quando pensa em Nucleos é: “segurança”, “confiança”, “credibilidade”, “eficiência”, “satisfação”, “tranquilidade”, “apoio”, “proteção”, “futuro” e outras menções positivas. Além disso, 33,7% dos que responderam à pesquisa associam o Nucleos à palavra “aposentadoria”.

GAP PRUDENTIAL

Invista seu patrimônio com segurança na GAP.
Desde 1996, uma empresa independente na gestão de recursos de terceiros.

✓ Foco na preservação de capital

✓ Forte controle de risco

✓ Confiança e disciplina



Av. das Américas, 500 - BL. 18 - Lj 304 - Downtown - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro | CEP: 22640-100 | Tel.: (21) 2142-1940
Rua Tabapuã, 422 - Cj 42 - Itaimbibí - São Paulo | CEP: 04533-001 | Tel.: (11) 3077-1900

Acerte e conheça
os produtos GAP Prudential:
www.gapasset.com.br

NOSSA EQUIPE

ESTÁ CONECTADA COM
AS SUAS EXPECTATIVAS.

Noman Victor Walter Hime
Presidente



Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro



Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios



Jorge Pedro da Costa Ewbank
Gerente de Administração e
Gestão de Pessoal

Rogério da Silva Bezerra
Serviços Gerais



Maria Luisa M. de Oliveira
Gerente de Seguridade Supletiva



Fernanda Salgado
Baptista
Seguridade Supletiva



Ruy Costa Ferreira Filho
Gerente de Investimentos



Roberto Valladares
dos Santos
Financeiro

Deiselane M. de Alcântara
Secretária da Diretoria



Suenê Alves Brandão Guimarães
Comunicação



Patricia de Souza Campos Dias
Controles Internos



Rebeca da Silveira Mendes
Financeiro



Fátima Alves de Magalhães
Seguridade Supletiva



Márcia Loureiro Fonseca
Atendimento



Hugo França
Estagiário Investimentos



Rita Grazieli Eidelwein
de Miranda
Secretária da Diretoria



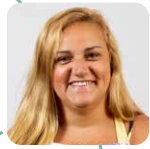
Andreia Simões
Lemos Alegre
Assessora Jurídica



Clarissa Machado Froes
Jurídico



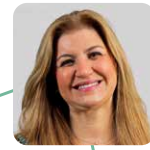
Cláudia Cursino
Macário de Lima
Seguridade Supletiva



Valéria da Rocha da Silva
Administração



Gláucia dos Santos Ferreira
Secretária da Diretoria



Kenia Merheb Diniz
Assessora de Relacionamento



Marcilio de
Albuquerque Chagas
Pessoal



Wilson Mesquita da Silva
Seguridade Supletiva



Ingrid Bizeril de
Freitas Santos
Atendimento



Renato Alves
Cunha
Tecnologia



Jefferson da Silva
Caltemelquel Pereira
Administração



Reginaldo de Santana Ribeiro
Gerente Financeiro



Ítalo José da Silva
Seguridade Supletiva



Antônio Eduardo da Silva
Investimentos



Carlos José Cortes da Silva
Serviços Gerais



Fábio Jorge Alves da Silva
Seguridade Supletiva



Isaac Ferreira da Silva
Gerente de Controles
Internos e Tecnologia



Maria Irene Teixeira
da Costa
Atendimento



Fernando Martins
Financeiro



Alex Cordeiro da Cruz
Tecnologia



Wilson Santana Medeiros
Câmara
Investimentos

UMA EQUIPE QUE FAZ A DIFERENÇA



Caro Participante,

A frase a seguir é muito conhecida pelos gestores de fundos de pensão: “Investir com sucesso requer disciplina para controlar as emoções, continuamente revisitar as teses de investimento e paciência para obter uma boa margem de segurança na compra de um ativo, acompanhando as posições e aguardando as mesmas maturarem ao longo do tempo”. Em outras palavras: a boa gestão não se pode nem se deve comprovar no curto, mas nos médio e longo prazos.

Não há a menor dúvida de que variações da introdução acima estarão presentes na grande maioria dos relatórios anuais do exercício de 2013 das Entidades Fechadas de Previdência Complementar de todo o País. Pelo menos, daquelas entidades que têm comprometimento e mantêm uma relação de transparência com seus participantes. Porque, de fato, na análise com foco em performance e rentabilidade, o ano de 2013 não foi positivo para praticamente nenhum fundo de pensão brasileiro nem para os investidores em geral, face às incertezas da economia.

Oscilações na bolsa de valores, inversão na política de juros, inflação resistente e a incerteza sobre o início e a velocidade da retirada dos estímulos à economia norte-americana, entre outros fatores, também provocaram perdas no patrimônio dos fundos de pensão. Perdas – é importante lembrar e sempre ressaltar – absolutamente pontuais. Como foi dito acima, ao analisarmos o desempenho de qualquer entidade, como o próprio Nucleos, a visão não pode ser imediatista. Novamente: a perspectiva tem de ser de médio e longo prazos.

Sob o ponto de vista macroeconômico o ano de 2013 não trouxe boas novas para os participantes devido à situação da economia brasileira, que interferiu na rentabilidade dos investimentos do Nucleos. Apesar disso, é importante destacar a excelente performance do Instituto nos últimos anos, o que possibilitou a constituição de um fundo no balanço de 2012 com o objetivo de amenizar eventuais retornos futuros menores nos seus investimentos. Esse resultado decorreu do bem-sucedido trabalho desenvolvido pelo Nucleos a partir do ano de 2005, com foco na recuperação de ativos, no equacionamento das dívidas das patrocinadoras e na profunda mudança da gestão, como pode ser visualizado no gráfico que consta da página 37 do presente relatório: ele descreve a rentabilidade acumulada obtida desde meados de 2005, quando se iniciou o processo de recuperação da nossa entidade através de uma nova administração, que apenas adotou a técnica e a meritocracia como pilares para a sua gestão.

Assim, em termos de gestão interna, conseguimos manter a administração do Instituto com uma equipe enxuta, afinada e afiada, e a um custo especialmente baixo.

Não por acaso, o resultado da Pesquisa de Satisfação realizado no ano passado – outro dado muito positivo a ser destacado no presente relatório – mostrou que estamos no caminho certo. Foi alto o nível de aprovação da nossa gestão à frente desta entidade, sobretudo no que concerne às áreas de Comunicação e Atendimento aos nossos participantes. Além disso, ficou evidente a confiança na Administração do Nucleos pela maioria dos participantes entrevistados por consultoria especializada. Tudo, por óbvio, fruto exclusivo da atuação da equipe, do esforço e competência de todos que aqui trabalham.

E é com esta comprometida equipe de profissionais que o Nucleos – estejam certos – vai trabalhar para buscar melhores resultados em 2014, com um balanço sob todos os aspectos mais positivo.

Forte abraço e boa leitura,

Norman Victor Walter Hime
Presidente

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios



POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

Conexão é honrar as relações com
compromisso e transparência.



1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

A atual administração do Nucleos reforça que tem consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio, que é a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

Insiste em dizer que, no exercício de suas funções, são observados, principalmente, além de vários outros deveres atinentes ao cargo, o de diligência (que consiste no cuidado que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios), o da desvinculação do interesse de um grupo específico, o dever de lealdade e o dever de informar.

A prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e beneficiários, com observância das ciências da administração e da atuária, e da legislação aplicável, exercendo seu encargo com probidade e lealdade.

Uma boa governança, neste caso, é a garantia da sintonia entre a estrutura dos ativos e passivos, favorecendo o direcionamento dos investimentos para ativos rentáveis, seguros e de liquidez compatível com a necessidade de nosso plano de benefícios. Tudo com estrito respaldo legal e no interesse da coletividade.

2. CERTIFICAÇÃO

A complexidade do ambiente de negócios onde se inserem as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC requer a especialização dos seus administradores, além de competência, lealdade, ética, diligência, probidade e integridade.

Nesse cenário, a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial, compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Um dos reflexos dessas exigências é a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/09, alterada pela Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/13, que prevê: “A aplicação dos recursos dos planos da EFPC requer que seus administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos sejam certificados por entidade de reconhecida capacidade técnica”(art. 8º).

O Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS é uma das entidades que conduzem o processo de certificação. Até o final de 2013, dois membros titulares do Conselho Deliberativo, todos os membros da Diretoria Executiva, as assessoras e todos os gestores ostentam esta certificação.

A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as melhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros – ao qual o Nucleos já aderiu.

3. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Nucleos, e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

4. CONTROLES INTERNOS E ISO 9001:2008

Após sua certificação em 2006, o Nucleos é submetido a processos regulares de recertificação trienal e manutenção anual da norma ISO 9001:2008, com o escopo em Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar. A última recertificação ocorreu em julho de 2012 pela certificadora internacional Bureau Veritas Certification (BVC), através da qual o Nucleos manteve sua certificação até julho de 2015; em julho de 2013 foi realizada a auditoria de manutenção anual da certificação.

5. SISTEMA CORPORATIVO

Persistindo no objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, o Nucleos intensificou as medidas para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações.

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas do Nucleos com a administração do Plano Básico de Benefícios no exercício de 2013 totalizaram R\$ 12.176 mil. O detalhamento dessas despesas administrativas é apresentado no quadro a seguir.

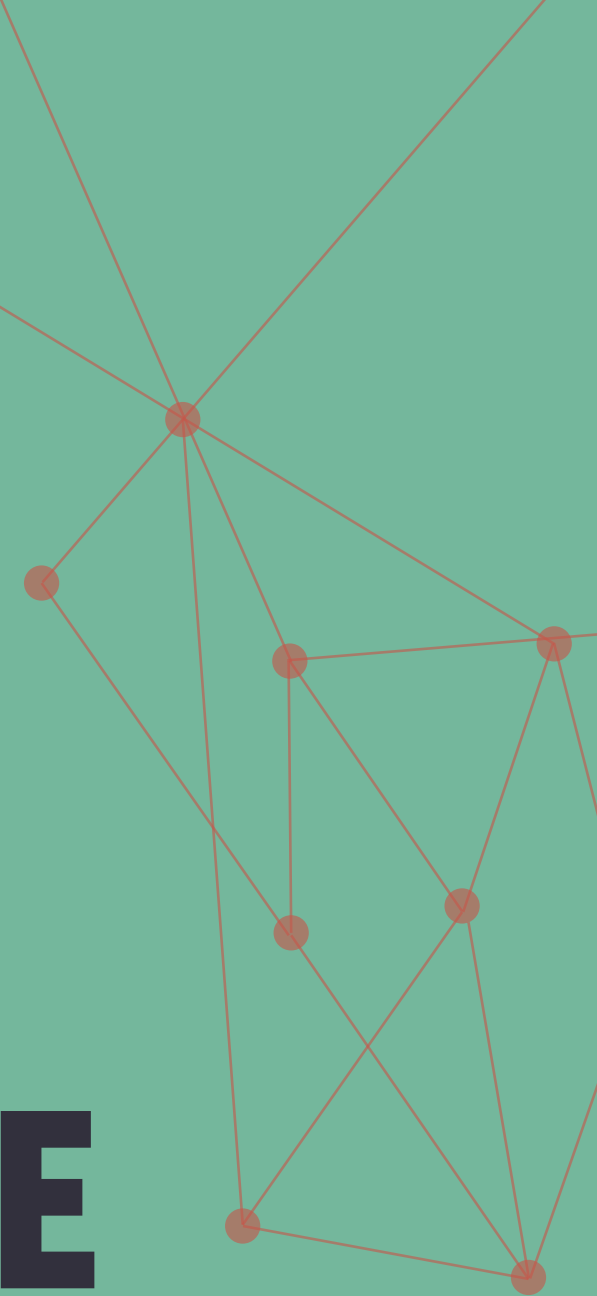
Em milhares de Reais

Descrição	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total da despesa
Despesas Administrativas (PGA)	6.360	5.816	12.176	100,00
Pessoal e encargos	3.806	3.513	7.319	60,11
Dirigentes	813	750	1.563	12,84
Pessoal próprio	2.961	2.734	5.695	46,77
Estagiários	32	29	61	0,50
Treinamentos, congressos e seminários	68	64	132	1,08
Viagens e estadias	86	79	165	1,36
Serviços de terceiros	1.073	935	2.008	16,49
Informática	440	407	847	6,96
Consultoria jurídica	233	215	448	3,68
Consultoria atuarial	171	-	171	1,41
Comunicação	84	78	162	1,33
Consultoria em investimentos	-	121	121	0,99
Terceirizados (limpeza/conservação)	55	50	105	0,86
Auditoria contábil	51	48	99	0,81
Auditoria de benefícios	21	-	21	0,17
Demais serviços de terceiros	18	16	34	0,28
Despesas gerais	1.231	1.137	2.368	19,45
Aluguel imóvel uso próprio	415	384	799	6,56
PIS/Cofins	309	286	595	4,89
Condomínio e taxas	94	87	181	1,49
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (PREVIC)	62	58	120	0,99
Telefone	40	36	76	0,62
Serviços de impressão e cópias	33	30	63	0,52
Seguros	31	29	60	0,49
Contribuições associações/sindicatos	30	27	57	0,47
Correios	25	23	48	0,39
Energia elétrica	21	19	40	0,33
Despesas de cartório	16	14	30	0,25
Despesas bancárias	14	13	27	0,22
Serviços gráficos	11	11	22	0,18
Imposto predial - IPTU	11	10	21	0,17
Demais despesas gerais	119	110	229	1,88
Depreciação/amortização	96	88	184	1,51



GESTÃO DE INVESTIMENTO

Conexão é compartilhar os resultados.



1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de cinco anos. Ela obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para adequar os fundos de pensão ao novo contexto socioeconômico, a Previc, órgão regulador do setor, estabeleceu através da Resolução MPS/CNPc nº 09, de 29 de novembro de 2012, que alterou a CGPC nº 18/2006, regras a serem adotadas no cálculo das obrigações dos planos previdenciários.

Dois temas fundamentais foram disciplinados na Resolução MPS/CNPc nº 09:

- A obrigatoriedade da realização de estudos que comprovem aderência da tábua biométrica utilizada nas avaliações atuariais ao comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano nos três últimos exercícios;
- A alteração da taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que deve ser reduzida em 0,25% por ano até chegar a 4,50% no exercício de 2018. As entidades fechadas que administram planos que adotam taxa real de juros superior aos limites estipulados e igual ou inferior a 6,00% poderão mantê-la, desde que autorizadas anualmente pela Previc, com base em estudo que comprove a sua plena adequação e aderência.

Ressalta-se que a taxa real de juros para cada plano de benefícios deverá ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Tais estudos devem ser apreciados pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade fechada,

e ficarão disponíveis na entidade para conhecimento de participantes e patrocinadores e apresentação ao órgão fiscalizador sempre que requisitado. Registra-se que a Política de Investimentos foi elaborada com base nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.792 /2009.

A Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Núcleos para o período de 2014 a 2018 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo em 25 de novembro de 2013, e sua íntegra está anexada ao presente Relatório Anual, bem como disponibilizada em nosso website.

2. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o ALM (Asset Liability Management). O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximize a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define os recursos necessários para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano de benefícios, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Desta forma, também, orientará as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O ALM do Núcleos foi elaborado pela Towers Watson Consultoria Financeira Ltda., que utilizou para o ano de 2014 dados do cenário econômico baseados em projeções de juros e inflação elaborados pela MCM Consultores.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO – 2013

A reversão do cenário de queda dos juros no Brasil, estimulada pela piora dos fundamentos da economia brasileira e a incerteza sobre o início e a velocidade da retirada dos estímulos à economia norte-americana, tornaram a tarefa de gestão de recursos muito difícil no ano de 2013 – especialmente para o segmento de renda fixa.

Interessante destacar que no ano de 2012 as aplicações em renda fixa, que pagam juros fixos mais inflação foram as campeãs em termos de rentabilidade. Em 2013, a renda fixa só não perdeu para a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que fechou com um dos piores resultados entre as bolsas do mundo inteiro.

Entre os fatores que explicam o mau desempenho da Bovespa em 2013, pode-se citar o temor de risco regulatório por parte dos estrangeiros, os juros altos, o PIB decepcionante, o tombo das ações do grupo EBX, do empresário Eike Batista, e a falta de rumo para as ações de estímulo econômico.

Ibovespa – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado Anbima Categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NT-NBs), que são títulos públicos que remuneram o investidor em uma taxa de juros pré-fixada acrescida da variação do IPCA no período.

	2012	2013
Ibovespa	7,40%	-15,50%
IMA-B	26,68%	-10,02%
CDI	8,40%	8,06%
Poupança	6,48%	6,37%
Inflação (IPCA)	5,84%	5,91%

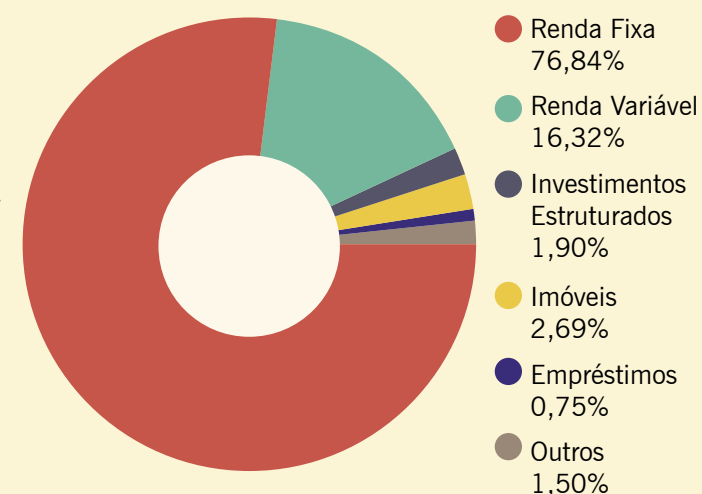
CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

Poupança – Poupança Financeira é o principal veículo de investimento utilizado pela população. Financia investimentos em infraestrutura habitacional.

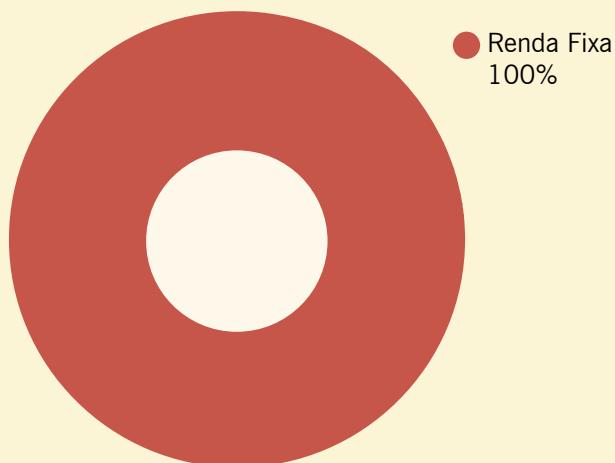
Inflação (IPCA) – O IPCA é o índice oficial de inflação utilizado no Brasil.

4. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Composição dos investimentos por segmento - PBB:



Composição dos investimentos por segmento - PGA:



- Nucleos VII Vinci Partners Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado.

Em 2013 ocorreram as seguintes alterações nos fundos de investimentos:

No dia 26 de abril de 2013 deu-se início à gestão do Nucleos V BTG Pactual ALM Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo e também à gestão do Nucleos VI Icatu ALM Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo, criados a partir da cisão de 50% do fundo Nucleos V Votorantim ALM Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo, anteriormente gerido pelo Votorantim Asset. Ambos os fundos iniciaram a gestão com um patrimônio de aproximadamente R\$ 308 milhões.

No dia 28 de maio de 2013 foi criado o fundo Nucleos VII Vinci Partners Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Multimercado para atuar no segmento de investimentos estruturados, conforme definição da Resolução CMN nº 3.792/2009. O fundo iniciou a gestão com patrimônio aproximado de R\$ 55 milhões.

5. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

5.1. Fundos Exclusivos

A gestão dos fundos exclusivos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos e Seleção de Prestadores de Serviços”, documento este desenvolvido internamente.

O Nucleos é titular de sete fundos de investimentos, segmentados em multimercado tradicional, renda variável, renda fixa (ALM) e multimercado do segmento estruturado.

- Nucleos I SulAmérica Fundo de Investimento Multimercado;
- Nucleos II GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos em Ações;
- Nucleos III BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações;
- Nucleos IV Itaú Fundo de Investimento em Ações;
- Nucleos V BTG Pactual ALM Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Nucleos VI Icatu ALM Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;

5.1.1. Informações sobre os Fundos Exclusivos

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Performance
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica Investimentos	Renda Fixa	60% de IMA-B + 40% de CDI	1,50%	0,14% a.a.	NA
Nucleos II Gap FIC FIA	Gap Asset Management	Renda Variável	Ibovespa + 5,00% a.a.	10,00%	0,10% a.a.	10% s/ o que exceder Ibovespa + 5% a.a.
Nucleos III BNY Mellon ARX FIA	BNY Mellon ARX Asset Management	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	5,00%	0,32% a.a.	20% s/ o que exceder Ibovespa + 2% a.a.
Nucleos IV Itaú-Unibanco FIA	Itaú-Unibanco Asset Management	Renda Variável	Ibovespa	2,50%	0,12% a.a.	NA
Nucleos V BTG Pactual ALM RF LP	BTG Pactual Asset Management	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 17,26%; NTN-B 2045 - 49,80%; NTN-B 2050 - 15,78%; NTN-C 2031 - 17,16%.	6,50%	0,05% a.a.	20% s/ o que exceder 100% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 17,26%; NTN-B 2045 - 49,80%; NTN-B 2050 - 15,78%; NTN-C 2031 - 17,16%.	6,50%	0,10% a.a.	20% s/ o que exceder 100% do Benchmark
Nucleos VII Vinci Partners FIC FIM	Vinci Partners	Estruturado	CDI + 4,50% a.a.	NA	0,10% a.a.	NA
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	IGP-M + 14% a.a.	NA	1,75% a.a.	NA
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	INPC + 6,50% a.a.	NA	0,19% a.a.	NA
Carteira Própria - Debêntures	Nucleos	Renda Fixa	INPC + 6,50% a.a.	NA	NA	NA
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	INPC + 6,50% a.a.	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	INPC + 7,00% a.a.	NA	NA	NA

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).

5.1.2. Performance dos Fundos Exclusivos

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Rentabilidade Bruta	Benchmark
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica	Renda Fixa	-2,73%	-2,57%	-3,14%
Nucleos II Gap FIC FIA	Gap	Renda Variável	1,91%	2,05%	-11,25%
Nucleos III BNY Mellon ARX FIA	BNY Mellon ARX	Renda Variável	-4,88%	-4,23%	-13,80%
Nucleos IV Itaú-Unibanco FIA	Itaú-Unibanco	Renda Variável	-15,64%	-15,45%	-15,50%
Nucleos V BTG Pactual ALM RF LP	BTG Pactual	Renda Fixa	-21,07%	-21,00%	-21,45%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda	Renda Fixa	-18,38%	-18,81%	-21,45%
Nucleos VII Vinci Partners FIC FIM	Vinci Partners	Estruturado	3,35%	3,46%	8,04%
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	-0,39%		12,42%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	2,96%		12,42%

5.1.3. Composição dos Fundos Exclusivos

ALOCAÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VII
Títulos Públicos	72,12%		4,27%	2,79%	100,00%	100,00%	
Títulos Privados	27,88%						
Cotas de Fundos							100,00%
Ações			95,73%	97,21%			
Cotas de Fundos de Ações		100,00%					
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

6. FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES

Representam aplicações efetuadas em fundos de investimento em participações (CRT FIP e Energia PCH FIP), valorizadas pelas cotas do último dia útil do mês, informadas pelos administradores dos respectivos fundos.

6.1. Concessionária Rio-Teresópolis – CRT

O Fundo de Investimento em Participação – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez, tem 99% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O fundo valorizou 2,96% no ano de 2013, contra 12,42% do seu benchmark (INPC + 6,5%). O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 3.792 por deter 100% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação, até o último leilão realizado em novembro de 2013, não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

6.2. Energia PCH

O Fundo de Investimento em Participação – Energia PCH é gerido pela Infra Asset Management e administrado pelo Banco Santander Brasil S.A. O Nucleos possui aproximadamente 0,8% desse fundo, que valorizou -0,39% contra 12,42% de seu benchmark (INPC + 6,5%) ao ano. Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004.

7. CARTEIRA PRÓPRIA

A carteira própria é constituída por ativos com risco de crédito, sendo duas debêntures e um CDB. Posição em 31 de dezembro de 2013:

Em milhares de Reais

Ativo	Aquisição	Vencimento	Valor Atualizado (31/12/2013)
Cemig - Debêntures	set/04	jun/14	4.361
Sanesalto - Debêntures	out/04	jun/21	11.673
Santander - CDB	out/06	jun/16	5.528
TOTAL			21.562

A rentabilidade apurada para a carteira própria foi de 13,88%, superior ao seu benchmark de INPC + 6,5% (12,42%).

8. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 18,30%, superior ao seu benchmark de INPC + 7,0% (12,95%). Em dezembro de 2013, este segmento alocava recursos da ordem de R\$ 11.491 mil. O bom desempenho da carteira de empréstimos foi consequência de reversão de provisão para perda registrada em junho e agosto de 2013.

9. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi de 12,21%, inferior ao seu benchmark, de 12,42% (INPC + 6,5%). A rentabilidade inferior ao *benchmark* ocorreu por conta da vacância no imóvel da Av. República do Chile, 230 – 15º, Ala Norte, durante a primeira metade de 2013.

Registramos, por fim, a existência de direito creditório em decorrência da alienação, em junho de 2007, da participação no Shopping Light. O valor pendente de recebimento é de R\$ 204 mil (posição em 31/12/13). A quitação integral está prevista para junho de 2014.

A composição da carteira de imóveis encontra-se no item c da nota 7, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, incluídas neste relatório.

10. SERVIÇOS DE SUPORTE À GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

10.1. Agente Custodiante / Administrador

Bradesco S.A. – Efetua a guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e *compliance*.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo, dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

10.2. Consultoria Macroeconômica

MCM Consultoria Macroeconômica – Oferece serviços na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

10.3. Consultoria de Risco

Aditus – Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando

a avaliação da performance dos ativos, do risco de mercado e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

10.4. Base de Dados

Economática – Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável, por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de produtos, notícias, cotações, proventos e assembleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

10.5. Serviço de ALM

Towers Watson – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.

11. DESPESA COM A GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

As despesas com a gestão dos investimentos do Plano Básico de Benefícios em 2013 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as apresentadas em “Despesas Administrativas”, no item Política de Administração.

Em milhares de Reais

Descrição	Total das Despesas	% em relação ao total da despesa
1. Despesas com a gestão dos investimentos (2+3+4)	3.353	100,00
2. Gestão própria	522	15,57
2.1. Investimentos imobiliários	438	13,06
Condomínio e taxas	251	7,49
Manutenção/conservação	126	3,75
Consultoria imobiliária	52	1,55
Impostos e taxas	8	0,24
Seguros	1	0,03
2.2 Empréstimos a participantes	84	2,51
Consultoria jurídica	143	4,26
Custas judiciais	20	0,60
Recuperação de custas judiciais	(79)	(2,35)
3. Gestão terceirizada*	2.481	73,99
Gestão	1.617	48,23
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, ANBIMA)	313	9,33
Performance	244	7,28
Corretagem	197	5,86
Administração	76	2,27
Auditoria	24	0,72
Demais despesas	10	0,30
4. Custódia, taxas e emolumentos	350	10,44

* Despesas debitadas diretamente dos fundos de investimento.

12. INFORMAÇÕES GERAIS

CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

RECURSOS GARANTIDORES DO PBB				
<i>Em milhares de Reais</i>				
DESCRIÇÃO	2013	(%)	2012	(%)
Renda Fixa	1.179.569	76,92	1.313.624	80,42
Certificado de Depósito Bancário	5.528	0,36	5.100	0,31
Quotas de Fundos de Renda Fixa	501.608	32,71	826.175	50,58
Quotas de Fundos de Multimercado	656.398	42,80	460.985	28,22
Debêntures Não Conversíveis	16.035	1,05	21.364	1,31
Renda Variável	250.577	16,34	220.128	13,48
Quotas de Fundos de Investimento	250.577	16,34	220.128	13,48
Investimento Estruturado	29.140	1,90	29.872	1,83
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	29.140	1,90	29.872	1,83
Investimento Imobiliário	41.307	2,69	40.738	2,49
Empréstimos aos Participantes	11.491	0,75	10.702	0,66
Outros	23.002	1,50	23.264	1,42
Total dos Investimentos	1.535.086	-	1.638.328	-
(+) Disponível	3.817	0,25	75	0,00
(-) Exigibilidade dos Investimentos	-5.320	-0,35	-5.003	-0,30
(=) Total dos Recursos	1.533.583	100,00	1.633.400	100,00

RECURSOS GARANTIDORES DO PGA				
<i>Em milhares de Reais</i>				
DESCRIÇÃO	2013	(%)	2012	(%)
Renda Fixa	5.995	99,90	5.774	99,90
Quotas de Fundos de Renda Fixa	253	4,22	235	4,06
Quotas de Fundos de Multimercado	5.742	95,68	5.539	95,84
Total dos Investimentos	5.995	-	5.774	-
(+) Disponível	6	0,10	6	0,10
(=) Total dos Recursos	6.001	100,00	5.780	100,00

ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

PBB

Segmento de aplicação	Alocação em 31/12/2013	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 3.792)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	74,61%	63,72%	60,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	16,34%	26,35%	0,00%	30,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	5,61%	5,70%	0,00%	5,50%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	1,90%	2,02%	0,00%	2,50%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	3,71%	3,68%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	2,69%	3,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	2,69%	3,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,75%	0,73%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,75%	0,73%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

PGA

Segmento de aplicação	Alocação em 31/12/2013	Limites Da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 3.792)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	Limite Inferior	Limite Superior		Legal	Política
Renda Fixa	100,00%	64,45%	60,00%	100,00%	100,00%	ok	ok
Renda Variável	0,00%	26,35%	0,00%	30,00%	70,00%	ok	ok
Investimentos Estruturados	0,00%	5,70%	0,00%	5,50%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	2,02%	0,00%	2,50%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	3,68%	0,00%	3,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Investimentos no exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
Imóveis	0,00%	3,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Aluguéis e renda	0,00%	3,50%	0,00%	6,00%	8,00%	ok	ok
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	ok	ok
Operações com participantes	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

RECURSOS GARANTIDORES PBB				Em milhares de Reais	
Investimento	Gestores	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2013)	% Recursos Garantidores (PBB)	
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica	Renda Fixa	599.558	39,10%	
Nucleos II Gap FIC FIA	Gap	Renda Variável	105.435	6,88%	
Nucleos III BNY Mellon ARX FIA	BNY Mellon ARX	Renda Variável	92.556	6,04%	
Nucleos IV Itaú-Unibanco FIA	Itaú-Unibanco	Renda Variável	52.586	3,43%	
Nucleos V BTG Pactual ALM RF LP	BTG Pactual	Renda Fixa	251.445	16,38 %	
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda	Renda Fixa	250.163	16,31%	
Nucleos VII Vinci Partners FIC FIM	Vinci Partners	Estruturado	56.839	3,71%	
Energia PCH FIP	Infra Asset	Estruturado	5.901	0,38%	
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	23.240	1,52%	
TOTAL TERCEIRIZADO			1.437.723	93,75%	

Gestão Interna				Em milhares de Reais	
Investimento	Gestores	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2013)	% Recursos Garantidores (PBB)	
Carteira Própria	Nucleos	Renda Fixa	21.562	1,41%	
Carteira Própria	Nucleos	Imóveis	41.307	2,69%	
Carteira Própria	Nucleos	Empréstimos	11.491	0,75%	
TOTAL GESTÃO INTERNA			74.360	4,85%	

DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS			7.548	0,49%	
OUTROS REALIZÁVEIS			15.455	1,01%	

DISPONÍVEL (-) EXIGIBILIDADES			-1.503	-0,10%	
--------------------------------------	--	--	---------------	---------------	--

TOTAL			1.533.583	100,00%	
--------------	--	--	------------------	----------------	--

RECURSOS GARANTIDORES PGA				Em milhares de Reais	
Investimento	Gestores	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2013)	% Recursos (PGA)	
Nucleos I SulAmérica FIM	SulAmérica	Renda Fixa	5.742	95,68%	
Votorantim Institucional RF	Votorantim	Renda Fixa	253	4,22%	
TOTAL TERCEIRIZADO			5.995	99,90%	

Disponível			6	0,10%	
------------	--	--	---	-------	--

TOTAL			6.001	100,00%	
--------------	--	--	--------------	----------------	--

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB			
Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Meta Atuarial (%)
Renda Fixa	(11,48)	(11,60)	11,90
Renda Variável	(4,31)	(4,64)	
Investimento Estruturado	2,29	2,00	
Imóveis	13,85	12,21	
Empréstimo	23,66	18,30	

SEGMENTO DE INVESTIMENTOS DO PGA		
Segmento	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)
Renda Fixa	(2,16)	(2,32)

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos.

Para apuração da rentabilidade líquida dos fundos de investimento em participação Energia PCH FIP e CRT FIP, integrantes do segmento Investimento Estruturado, foram consideradas, exclusivamente, a taxa de gestão dos respectivos fundos.

RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO E GLOBAL

Segmento	Rentabilidade Líquida (%)
Renda Fixa	(11,60)
Renda Variável	(4,64)
Investimento Estruturado	2,00
Imóveis	12,21
Empréstimo	18,30
Carteira global	(9,34)
Meta atuarial	11,90

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento da taxa de juros nos dois últimos anos e os consequentes reflexos sobre os ativos de renda fixa são singularmente didáticos para entender a importância da visão de longo prazo na avaliação dos resultados alcançados pelas carteiras de investimentos dos planos de benefícios dos fundos de pensão.

No decorrer de 2012, o governo brasileiro, com o firme propósito de estimular o crescimento, promoveu expressiva redução na taxa básica de juros. A taxa saiu de 11%, em janeiro daquele ano, para 7,25%, em dezembro – o menor nível histórico. O que se viu na continuidade dos fatos não foi o esperado: a inflação acelerou e permaneceu pressionada, levando o governo a aumentar a taxa de juros na tentativa de mantê-la dentro do intervalo da meta. A partir de abril de 2013, iniciou-se um ciclo de aumento da taxa de juros, elevando-a para 10% ao final desse ano. Para muitos, os instrumentos de política monetária e as manobras político-econômicas são simples notícias de jornal; todavia, possuem forte capacidade de repercussão nas carteiras de investimento.

A Nota do Tesouro Nacional Série B – NTN-B é o principal título público federal utilizado pelos fundos de pensão para compor suas carteiras de renda fixa no gerenciamento do ALM, principalmente dos planos da modalidade Benefício Definido, pois é composto pela variação da inflação

e uma taxa de juro pré-fixada no momento da compra. Esta composição, similar à meta atuarial, permite maior proteção dos compromissos do passivo. Entretanto, por ser um título de longo prazo, se torna muito sensível ao comportamento da inflação e da taxa de juros.

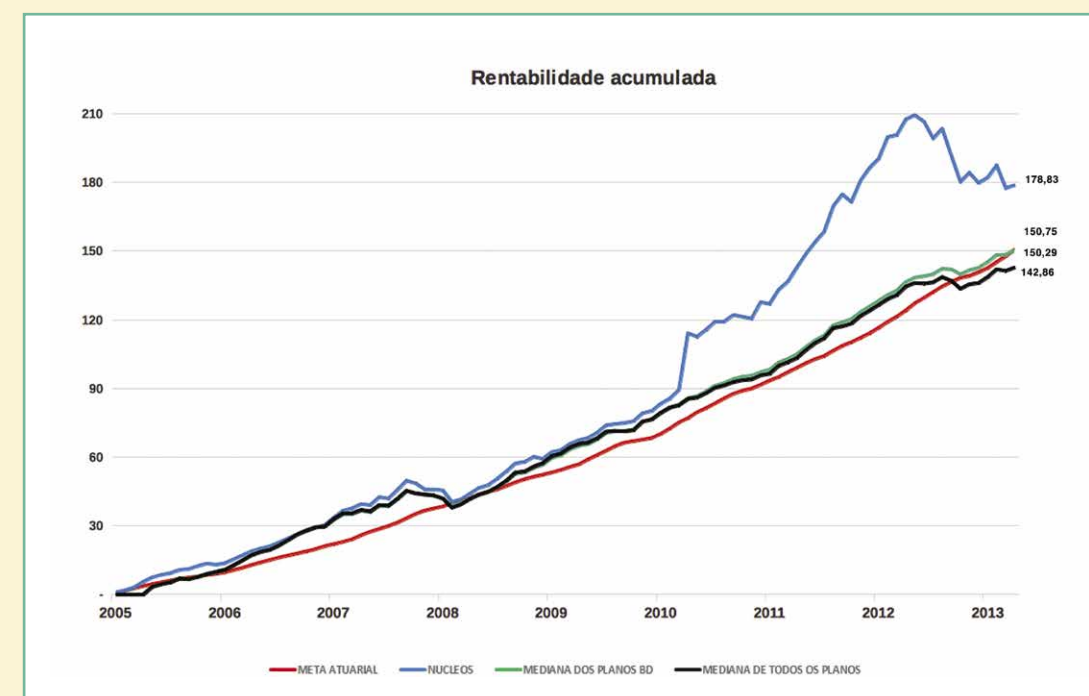
A redução da taxa de juros ocorrida em 2012 refletiu positivamente no resultado da carteira de renda fixa e, a despeito do desempenho dos demais segmentos, contribuiu intensamente para o bom resultado da carteira de investimentos do Nucleos, que alcançou a expressiva rentabilidade de 26,62%, haja vista que a alta da inflação combinada com a queda da taxa de juros resultava em maior valorização dos títulos. Em 2013, a carteira viveu o reverso da medalha: a taxa de juros subiu e os mesmos títulos, que contribuíram significativamente para a boa rentabilidade de 2012, perderam valor pela marcação a mercado, o que resultou na rentabilidade negativa de 9,34%.

Fica claro, portanto, que os resultados apresentados pela carteira de investimentos, em especial o resultado das NTN-Bs, estão sujeitos ao compor-

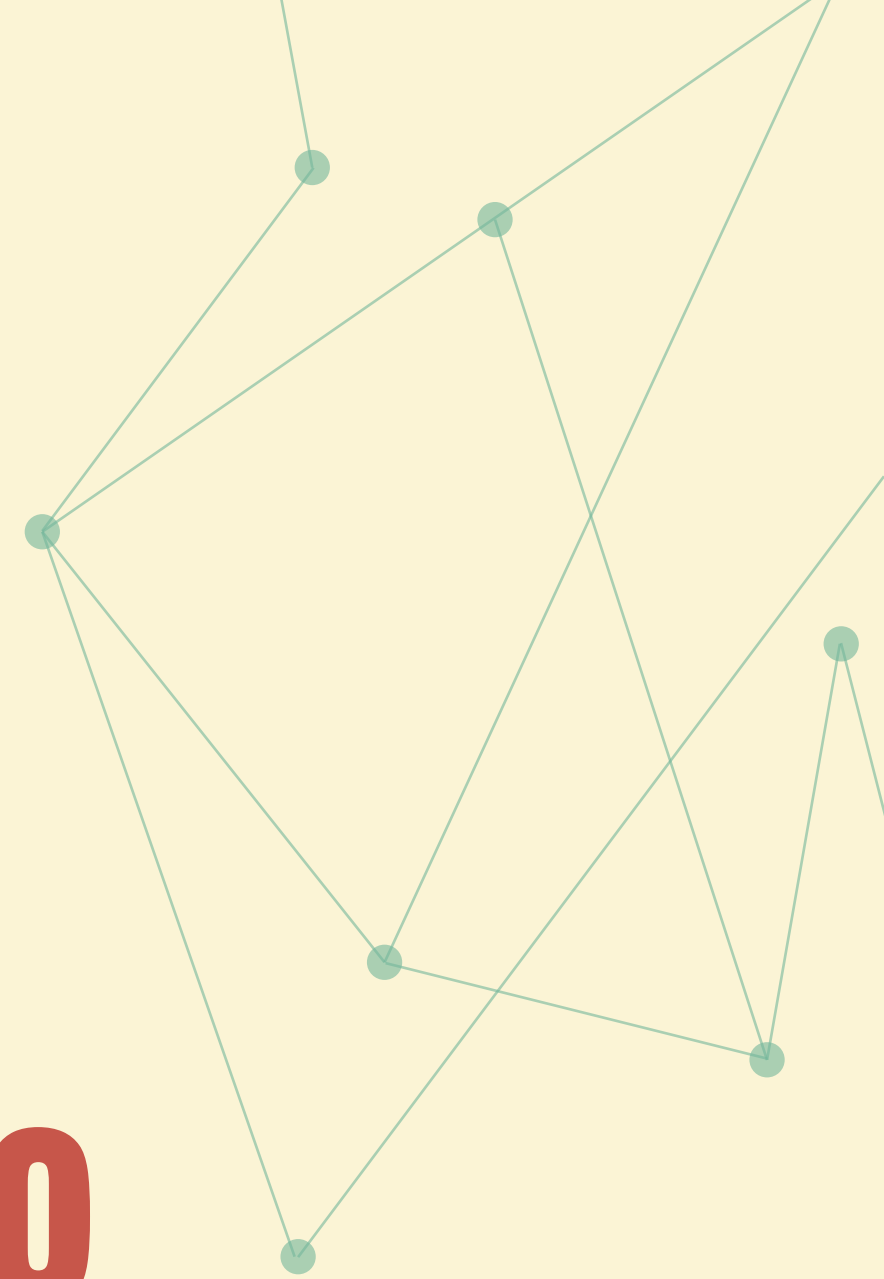
tamento de variáveis macroeconômicas. Contudo, como já foi dito, a taxa de juros dos títulos é contratada no momento da compra e, desta forma, o resultado final só será diferente (para mais ou para menos) se os mesmos forem negociados antes do vencimento.

Nesse contexto, oportunamente, o Nucleos, em janeiro de 2013, aproveitando a forte valorização embutida no preço das NTN-Bs, vendeu o equivalente a R\$ 192 milhões destes títulos, que representavam 23,24% do Fundo Nucleos V. Tal decisão contribuiu para reduzir as perdas apuradas em 2013.

Não se discute que a marcação a mercado imputa volatilidade às rentabilidades apuradas ao longo do tempo. Porém, a consciência de que a gestão prima pelas melhores escolhas – visando cumprir os compromissos de longo prazo com os participantes – permite-nos uma avaliação menos intensa dos resultados obtidos no curto prazo, privilegiando a análise norteada pela visão de médio e longo prazos.



Obs. A rentabilidade de 2005, tem seu início em setembro de 2005.



GESTÃO PREVIDENCIAL

Conexão é construirmos juntos o futuro.

1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termoeletrônica S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

1.1 Participantes Ativos

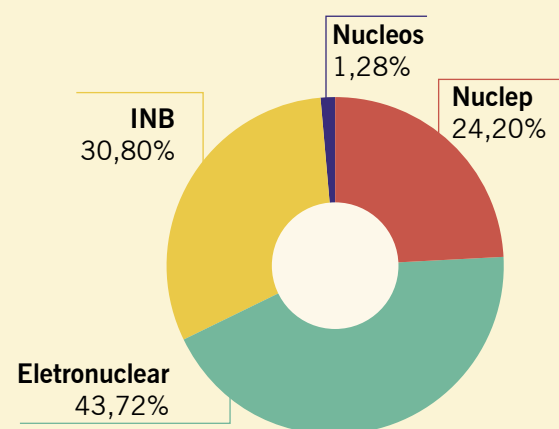
No encerramento do exercício de 2013, o Nucleos contou com 3.678 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior:

Patrocinadora	2012	2013	Varição
INB	1.045	1.133	8,42%
Eletronuclear	1.607	1.608	0,06%
Nuclep	881	890	1,02%
Nucleos	47	47	0,00%

TOTAL	3.580	3.678	2,74%
-------	-------	-------	-------

Observação: do total de 3.678 participantes em 2013, 32 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora e 3 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

Distribuição de Participantes por Patrocinadora:



1.2 Novos Participantes

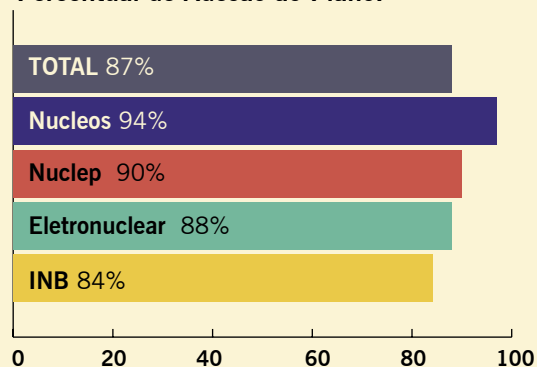
A adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios em 2013 foi a seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.125	1.341	84%
Eletronuclear	1.600	1.811	88%
Nuclep	885	985	90%
Nucleos	33	35	94%

TOTAL	3.643	4.172	87%
-------	-------	-------	-----

Observação: na coluna “Participantes” foram desconsiderados os 32 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora e 3 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

Percentual de Adesão ao Plano:

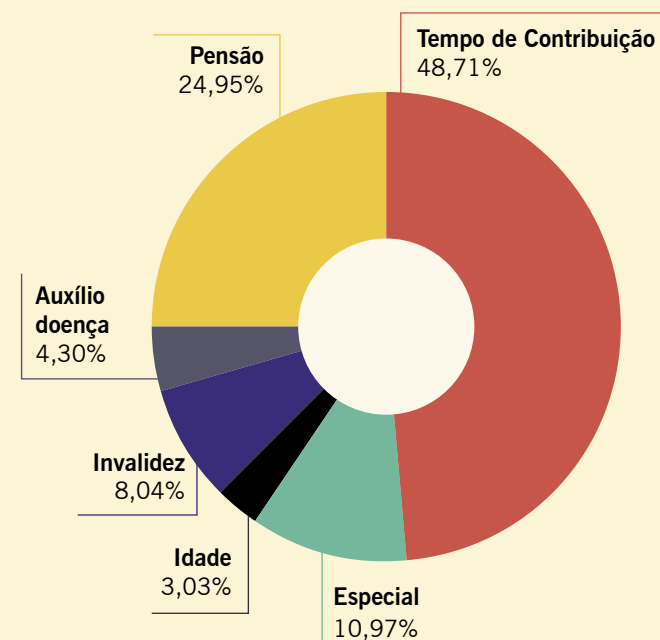


1.3 Participantes Assistidos

Em 31 de dezembro de 2013, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.094, o que significa um aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2012	2013	Varição Anual
Tempo de Contribuição	512	533	4%
Especial	116	120	3%
Idade	32	33	3%
Invalidez	85	88	4%
Auxílio-Doença	48	47	-2%
Pensão	260	273	5%
TOTAL	1.053	1.094	4%

Distribuição de Assistidos por tipo de Benefício:



2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica

atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2013 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Towers Watson, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data base de 30 de junho de 2013. Com base nesta avaliação atuarial foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2014 a 31/03/2015.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Towers Watson encontra-se disponível neste Relatório Anual.

No parecer atuarial do plano de custeio com vigência no período de 01/04/2013 a 31/03/2014 ficou estabelecido que trimestralmente deve ser verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores procedendo-se aos ajustes financeiros necessários. Desse modo, fica garantida que a contribuição do patrocinador não superará o limite da paridade contributiva. Para a verificação do limite da paridade contributiva referente aos três trimestres da vigência do plano de custeio de 2013 (abril, maio e junho; julho, agosto e setembro; outubro, novembro e dezembro) pedimos observar o item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste Relatório Anual.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Conexão é estar disponível.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2013	2012
Disponível	4	3.823	81
Realizável		<u>1.884.997</u>	<u>1.979.451</u>
Gestão previdencial	5	343.705	335.184
Gestão administrativa	6	211	165
Investimentos	7	<u>1.541.081</u>	<u>1.644.102</u>
Créditos privados e depósitos		21.562	26.464
Fundos de investimento		1.443.718	1.542.934
Investimentos imobiliários		41.307	40.738
Empréstimos		11.491	10.702
Depósitos judiciais/recursais		7.548	7.116
Outros realizáveis		15.455	16.148
Permanente	8	<u>828</u>	<u>597</u>
Imobilizado		708	494
Intangível		100	55
Diferido		20	48
Total do ativo		<u>1.889.648</u>	<u>1.980.129</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em milhares de Reais

Passivo e patrimônio social	Nota	2013	2012
Exigível operacional	9	<u>3.397</u>	<u>1.124</u>
Gestão previdencial		2.062	192
Gestão administrativa		1.291	882
Investimentos		44	50
Exigível contingencial	10	<u>5.886</u>	<u>7.456</u>
Gestão previdencial		446	2.351
Gestão administrativa		164	152
Investimentos		5.276	4.953
Patrimônio social		<u>1.880.365</u>	<u>1.971.549</u>
Patrimônio de cobertura do plano	11	<u>1.865.479</u>	<u>1.845.494</u>
Provisões matemáticas		<u>2.138.925</u>	<u>1.845.494</u>
Benefícios concedidos		478.368	424.424
Benefícios a conceder		1.705.474	1.471.443
(-) Provisões matemáticas a constituir		(44.917)	(50.373)
Equilíbrio técnico		<u>(273.446)</u>	<u>—</u>
Resultados realizados		<u>(273.446)</u>	<u>—</u>
(-) Déficit técnico acumulado		(273.446)	—
Fundos	12	<u>14.886</u>	<u>126.055</u>
Fundos previdenciais		8.122	119.392
Fundos administrativos		5.585	5.508
Fundos dos investimentos		<u>1.179</u>	<u>1.155</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u>1.889.648</u>	<u>1.980.129</u>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (exercícios findos em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

	2013	2012	Variação (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	1.971.549	1.579.103	24,85
1. Adições	245.256	547.955	(55,24)
Contribuições previdenciais	230.863	196.177	17,68
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial		338.503	(100,00)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	1.972		100,00
Receitas administrativas	12.397	12.068	2,73
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa		894	(100,00)
Constituição de fundos de investimento	24	313	(92,33)
2. Destinações	(336.440)	(155.509)	116,35
Benefícios	(173.425)	(143.001)	21,28
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(150.695)		100,00
Constituição de contingências - Gestão previdencial		(1.089)	(100,00)
Despesas administrativas	(12.176)	(11.385)	6,95
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(135)		100,00
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(9)	(34)	(73,53)
3. Acréscimo (decréscimo) no patrimônio social (1+2)	(91.184)	392.446	(123,23)
Provisões matemáticas	293.431	271.198	8,20
Déficit técnico do exercício	(273.446)		(100,00)
Fundos previdenciais	(111.270)	119.392	(193,20)
Fundos administrativos	77	1.543	(95,01)
Fundos dos investimentos	24	313	(92,33)
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	1.880.365	1.971.549	(4,62)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (exercícios findos em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

	2013	2012	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	5.508	3.965	38,92
1. Custeio da gestão administrativa	12.397	12.962	(4,36)
1.1 Receitas	12.397	12.962	(4,36)
Custeio administrativo da gestão previdencial	11.129	10.504	5,95
Custeio administrativo dos investimentos	1.116	1.402	(20,40)
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	65	88	(26,14)
Receitas diretas	25	52	(51,92)
Resultado positivo dos investimentos		894	(100,00)
Outras receitas	62	22	181,82
2. Despesas administrativas	12.185	11.419	6,71
2.1 Administração previdencial	6.369	6.821	(6,63)
Pessoal e encargos	3.806	4.093	(7,01)
Treinamentos/congressos e seminários	68	80	(15,00)
Viagens e estadias	86	90	(4,44)
Serviços de terceiros	1.073	959	11,89
Despesas gerais	1.231	1.497	(17,77)
Depreciações e amortizações	96	68	41,18
Contingências	9	34	(73,53)
2.2 Administração dos investimentos	5.816	4.598	26,49
Pessoal e encargos	3.513	2.716	29,34
Treinamentos/congressos e seminários	64	53	20,75
Viagens e estadias	79	59	33,90
Serviços de terceiros	935	731	27,91
Despesas gerais	1.137	994	14,39
Depreciações e amortizações	88	45	95,56
3. Resultado negativo dos investimentos	135		100,00
4. Sobra da gestão administrativa (1-2-3)	77	1.543	(95,01)
5. Constituição do fundo administrativo (4)	77	1.543	(95,01)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5)	5.585	5.508	1,40

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
(exercícios findos em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

	2013	2012	Variação (%)
1. Ativos	1.888.193	1.979.095	(4,59)
Disponível	3.817	75	4.989,33
Recebível	349.290	340.692	2,52
Investimento	1.535.086	1.638.328	(6,30)
Créditos privados e depósitos	21.562	26.464	(18,52)
Fundos de investimento	1.437.723	1.537.160	(6,47)
Investimentos imobiliários	41.307	40.738	1,40
Empréstimos	11.491	10.702	7,37
Depósitos judiciais/recursais	7.548	7.116	6,07
Outros realizáveis	15.455	16.148	(4,29)
2. Obrigações	7.828	7.546	3,74
Operacional	2.106	242	770,25
Contingencial	5.722	7.304	(21,66)
3. Fundos não previdenciais	6.764	6.663	1,52
Fundos administrativos	5.585	5.508	1,40
Fundos dos investimentos	1.179	1.155	2,08
4. Resultados a realizar	—	—	0,00
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	1.873.601	1.964.886	(4,65)
Provisões matemáticas	2.138.925	1.845.494	15,90
Déficit técnico	(273.446)		(100,00)
Fundos previdenciais	8.122	119.392	(93,20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
(exercícios findos em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

	2013	2012	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	1.964.886	1.574.296	24,81
1. Adições	243.964	545.184	(55,25)
Contribuições previdenciais	241.992	206.681	17,08
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial		338.503	(100,00)
Reversão de contingências - Gestão previdencial	1.972		100,00
2. Destinações	(335.249)	(154.594)	116,86
Benefícios	(173.425)	(143.001)	21,28
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(150.695)		100,00
Constituição de contingências - Gestão previdencial		(1.089)	(100,00)
Custeio administrativo	(11.129)	(10.504)	5,95
3. Acréscimo (decréscimo) no ativo líquido (1+2)	(91.285)	390.590	(123,37)
Provisões matemáticas	293.431	271.198	8,20
Fundos previdenciais	(111.270)	119.392	(193,20)
Déficit técnico do exercício	(273.446)		(100,00)
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	1.873.601	1.964.886	(4,65)
C) Fundos não previdenciais	6.764	6.663	1,52
Fundos administrativos	5.585	5.508	1,40
Fundos dos investimentos	1.179	1.155	2,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO
(exercícios findos em 31 de dezembro)

Em milhares de Reais

	2013	2012	Varição (%)
Provisões técnicas (1+2+3+4+5)	1.882.608	1.973.587	(4,61)
1. Provisões matemáticas	2.138.925	1.845.494	15,90
1.1 Benefícios concedidos	478.368	424.424	12,71
Benefício definido	478.368	424.424	12,71
1.2 Benefícios a conceder	1.705.474	1.471.443	15,90
Benefício definido	1.705.474	1.471.443	15,90
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir	(44.917)	(50.373)	(10,83)
(-) Serviço passado	(44.917)	(50.373)	(10,83)
(-) Patrocinadores	(44.917)	(50.373)	(10,83)
2. Equilíbrio técnico	(273.446)	—	(100,00)
2.1 Resultados realizados	(273.446)	—	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(273.446)	—	(100,00)
3. Fundos	9.301	120.547	(92,28)
3.1 Fundos previdenciais	8.122	119.392	(93,20)
3.2 Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.179	1.155	2,08
4. Exigível operacional	2.106	242	770,25
4.1 Gestão previdencial	2.062	192	973,96
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	44	50	(12,00)
5. Exigível contingencial	5.722	7.304	(21,66)
5.1 Gestão previdencial	446	2.351	(81,03)
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	5.276	4.953	6,52

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

1. Contexto operacional

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“NUCLEOS”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979 e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou seu estatuto social, obedecendo às normas expedidas através do Conselho Nacional da Previdência Complementar - CNPC.

A Entidade tem por objetivo principal instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB, bem como aos do NUCLEOS, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

O NUCLEOS administra o Plano Básico de Benefícios - PBB (CNPB nº 19.790.022-74), na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2013, conta com 3.678 participantes ativos (3.628 em 2012) e 1.047 assistidos (1.002 em 2012).

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as provisões necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações do Instituto são supervisionadas e fiscalizadas pela PREVIC. Estão, assim, submetidos ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos da Entidade, que devem estar em consonância com a legislação em vigor, com o estatuto social e o regulamento do plano de benefícios a que os participantes estão vinculados.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O NUCLEOS está isento do imposto sobre a renda da pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido, sobre os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade, de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), principalmente, por meio da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, da Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001, assim como as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 12, de 19/08/2013, publicada no Diário Oficial da

União de 30/08/2013, a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - DOAP foi substituída pela Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT. As provisões técnicas representam a totalidade dos compromissos do plano de benefícios.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 26 de fevereiro de 2014.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas adotadas pela Entidade para elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1 Resultado das operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2 Gestão previdencial - Realizável

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso, contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço. A atualização das contribuições em atraso em discussão judicial foram totalmente provisionadas para perda.

3.3 Gestão administrativa - Realizável

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros

e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4 Investimentos - Realizável

• TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS, DEPÓSITOS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

As operações com créditos privados e depósitos e os fundos de investimento, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e de renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base as variações de mercado.

AJUSTE A VALOR DE MERCADO

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os seguintes critérios:

- Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
- Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

• AÇÕES

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

• INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São registrados pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009, e depreciados, exceto terrenos, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber e os direitos em alienações estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

• EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5 Depósitos judiciais e recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic. Em conformidade com a legislação vigente, a partir de 8 de setembro de 2011, a Administração do NUCLEOS classifica os depósitos judiciais em contas de ativo no realizável.

3.6 Permanente

O ativo permanente é composto pelo imobilizado, intangível e diferido. No imobilizado estão registrados os bens necessários ao funcionamento da Entidade, registrados pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. Os gastos registrados no intangível e diferido são apresentados pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

3.7 Exigível operacional

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.8 Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, e atualizado até a data do balanço.

3.9 Patrimônio social

(A) PROVISÕES MATEMÁTICAS

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daquelas obrigações.

(B) FUNDOS

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.10 Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação

duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. Disponível

Os saldos das disponibilidades em 31 de dezembro de 2013, no total de R\$ 3.823 (R\$ 81 em 2012), estão livremente disponíveis e não vinculados a linhas de crédito ou de financiamento.

5. Gestão previdencial

A composição dos valores a receber da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

	2013	2012
Contribuições normais do mês (i)	5.375	4.623
Contribuições extraordinárias do mês (i)	1.076	1.024
Contribuições em atraso (ii)		
Contribuições contratadas (iii)	336.347	328.281
Depósitos judiciais e recursais (iv)	808	1.140
Outros realizáveis (v)	99	116
TOTAL	343.705	335.184

(i) Referem-se às contribuições normais e extraordinárias relativas ao mês de dezembro de 2013, que foram regularmente recebidas em janeiro de 2014.

(ii) Contribuições em atraso

Registra as contribuições não recolhidas e não contratadas pela patrocinadora NUCLEP relativas aos períodos a seguir descritos. Essas contribuições são objeto de cobrança nos autos de ação judicial, cujo detalhamento pode ser verificado no item (iii) letra (d) desta Nota. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
Contribuições devidas até agosto/1988	14.346	12.707
(-) Provisão para perda	(14.346)	(12.707)
Contribuições devidas de janeiro/1995 a dezembro/2000	28.641	25.369
(-) Provisão para perda	(28.641)	(25.369)
TOTAL	_____	_____

(iii) Contribuições contratadas

Registra as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e NUCLEP, firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente, (Termo de Transação), além das contribuições em atraso, objeto do contrato firmado com a NUCLEP em 31 de dezembro de 1994, em que o montante da dívida encontra-se em discussão na esfera judicial. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
INB - contrato de maio/2006 (a)	156.253	152.938
NUCLEP - contrato de novembro/2007 (b)	180.094	175.343
NUCLEP - dívida em discussão judicial (c) e (d)	569.502	448.209
(-) Provisão para perda	(569.502)	(448.209)
TOTAL	336.347	328.281

(A) PATROCINADORA INB

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada, existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de transação, será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice

Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	152.938	145.394
Parcelas pagas	(14.148)	(9.754)
Atualização	17.463	17.298
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	156.253	152.938

(B) PATROCINADORA NUCLEP - CONTRATO DE NOVEMBRO DE 2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora NUCLEP e o NUCLEOS, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição parcial da dívida previdencial e assistencial, no valor de R\$ 120.111, atualizada até outubro de 2007, oriunda da ação de cobrança movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001). Pelos termos do acordo, a dívida será paga em 360 parcelas mensais e sucessivas, com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	175.343	167.595
Parcelas pagas	(15.251)	(12.380)
Atualização	20.002	20.128
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	180.094	175.343

(C) PATROCINADORA NUCLEP - DÍVIDA EM DISCUSSÃO JUDICIAL

Refere-se ao saldo da dívida em discussão judicial, objeto da Ação de Cobrança (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), movida pelo NUCLEOS em face da NUCLEP, como segue:

- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida previdenciária atualizada monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 146.514 (R\$ 115.309 em 2012).
- Período compreendido entre fevereiro de 1996 a dezembro de 2000, dívida assistencial, com todas as parcelas vencidas, sendo atualizadas monetariamente pela TR mais 2% de multa ao mês, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 422.988 (R\$ 332.900 em 2012).

(D) COBRANÇA JUDICIAL - DÍVIDAS DA GESTÃO PREVIDENCIAL

Em dezembro de 2002, a Entidade ajuizou Ação de Cobrança contra a NUCLEP (processo nº 0153661-26.2002.8.19.0001), para o recebimento de contribuições em atraso, contratadas e não contratadas, devidas pela referida patrocinadora.

Em julho de 2007, por decisão judicial da 30ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a patrocinadora NUCLEP foi condenada ao pagamento do montante de R\$ 220.070, valor base da dívida em novembro de 2006.

Em novembro de 2007, em razão da celebração de acordo judicial, houve o equacionamento parcial da dívida da patrocinadora NUCLEP. O valor parcial equacionado, em 31 de outubro de 2007, montava a R\$ 120.111.

Em julho de 2011, a 11ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pela NUCLEP, para reduzir a condenação imposta na decisão proferida em julho de 2007. De

acordo com essa decisão a dívida ficaria reduzida à importância de R\$ 120.111, valor atualizado em 31 de outubro de 2007 e objeto do equacionamento parcial firmado pelas partes, conforme Termo de Transação, homologado judicialmente.

Em maio de 2012, pretendendo a reforma do acórdão proferido em julho de 2011, no julgamento da apelação, o NUCLEOS interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, que tiveram seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Em julho de 2012, o NUCLEOS interpôs Agravos de Instrumento contra a decisão que inadmitiu os Recursos Especial e Extraordinário. O Agravo de Instrumento em Recurso Especial foi autuado sob o nº 222312, distribuído à Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, e aguarda julgamento, ficando a remessa do Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário ao STF condicionada ao julgamento do primeiro recurso.

A dívida total em discussão na ação de cobrança tratada nesta Nota, pendente de decisão judicial, engloba as contribuições descritas nos itens (ii) e (iii) letra (c) desta Nota, cujo valor atualizado, em 31 de dezembro, monta:

	2013	2012
Contribuições devidas até agosto de 1988	14.346	12.707
Contribuições devidas após agosto de 1988	<u>28.641</u>	<u>25.369</u>
Subtotal - Contribuições em atraso	<u>42.987</u>	<u>38.076</u>
Contribuições contratadas (Previdencial)	146.514	115.309
Contribuições contratadas (Assistencial)	<u>422.988</u>	<u>332.900</u>
Subtotal - Contribuições contratadas	<u>569.502</u>	<u>448.209</u>
TOTAL	<u>612.489</u>	<u>486.285</u>

(iv) Depósitos judiciais e recursais

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos judiciais envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço pela rentabilidade da caderneta de poupança, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 808 (R\$ 1.140 em 2012).

(v) Outros realizáveis

Correspondem principalmente aos valores pendentes a receber do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), relativos a adiantamentos concedidos aos assistidos do NUCLEOS, por conta de convênio com o INSS encerrado em 2009. O saldo da rubrica "outros realizáveis", em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 99 (R\$ 116 em 2012).

6. Gestão administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros, os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes, os depósitos judiciais e recursais vin-

culados a processos da gestão administrativa e o saldo do almoxarifado. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
Contas a receber	73	79
Despesas antecipadas	58	20
Depósitos judiciais/recursais	80	66
Total	<u>211</u>	<u>165</u>

7. Investimentos

A composição dos investimentos, posição consolidada, em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
Créditos privados e depósitos		
Certificados de depósito bancário - CDB	5.528	5.100
Debêntures não conversíveis	<u>16.034</u>	<u>21.364</u>
Total de créditos privados e depósitos	<u>21.562</u>	<u>26.464</u>
Fundos de investimento		
Fundos de investimento renda fixa	501.861	826.410
Fundos de investimento multimercado	662.140	466.524
Fundos de investimento em ações	250.577	220.128
Fundos de investimento em participações	<u>29.140</u>	<u>29.872</u>
Total dos fundos de investimento	<u>1.443.718</u>	<u>1.542.934</u>
Investimentos imobiliários		
Terrenos, edificações e valores a receber	41.103	40.230
Direitos em alienação de investimento imobiliário	<u>204</u>	<u>508</u>
Total de investimentos imobiliários	<u>41.307</u>	<u>40.738</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	<u>11.491</u>	<u>10.702</u>
Depósitos judiciais e recursais	<u>7.548</u>	<u>7.116</u>
Outros realizáveis	<u>15.455</u>	<u>16.148</u>
Total dos investimentos	<u>1.541.081</u>	<u>1.644.102</u>

(A) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados como:

(i) Títulos mantidos até o vencimento

Referem-se a títulos e valores mobiliários que, observadas a capacidade financeira e a estratégia da Entidade, são mantidos em carteira até os seus respectivos vencimentos. São avaliados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos estabelecidos quando do investimento e acumulados até a data do balanço.

	2013		2012	
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos privados				
Debêntures não conversíveis				
Triunfo Participações (TRFP)			6.108	6.108
Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)	4.361	4.361	4.201	4.201
Sanesalto Saneamento	11.673	11.673	11.055	11.055
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	35.140		29.635	
(-) Provisão para perda (ULBRA)	(35.140)		(29.635)	
Textil Renaux (TXRX)	15.216		15.111	
(-) Provisão para perda (TXRX)	(15.216)		(15.111)	
TOTAL	16.034	16.034	21.364	21.364
			2013	2012
Por faixa de vencimento:				
Até 360 dias			4.361	6.108
Entre 361 dias e 1.080 dias				4.201
A partir de 1.081 dias			11.673	11.055
TOTAL			16.034	21.364

Os títulos mantidos até o vencimento não puderam ser precificados ao valor de mercado em razão da inexistência de negociação desses títulos no mercado.

Em 2013 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira da Entidade, bem como a carteira de seus fundos exclusivos.

As debêntures de emissão da Triunfo Participações (TRFP) foram resgatadas no vencimento, em 02 de janeiro de 2013, no montante de R\$ 6.112.

O pagamento da parcela da amortização das debêntures de emissão da Sanesalto prevista para 2013, no valor de R\$ 707, correspondente a 5% do valor nominal do título atualizado, foi prorrogado para 24/03/2014, conforme aprovado pela maioria dos debenturistas, na Décima Quinta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 24/01/2014, com o voto contrário do NUCLEOS.

(ii) Títulos para negociação

Nessa rubrica foram classificados todos os títulos que integram a carteira de títulos e valores mobiliários, incluindo os investimentos apresentados nos fundos Nucleos I - Sulamérica Fundo de Investimento Multimercado, Nucleos II - GAP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações, Nucleos III - BNY Mellon ARX Fundo de Investimento em Ações, Nucleos IV - Itaú Unibanco Fundo de Investimento em Ações, Nucleos V - BTG Pactual ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo, Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo e Nucleos VII - Vinci Partners Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

Os certificados de depósito bancário são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado na data do balanço.

Os fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, pela variação no valor das cotas informadas pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados com base nos critérios estabelecidos pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	2013	2012
Créditos privados e depósitos		
Certificados de Depósito Bancário - CDB	5.528	5.100
Fundos de investimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.080	8.341
Letras do Tesouro Nacional - LTN	47.387	
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - Série B	744.665	979.178
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - Série C	85.490	103.748
Operação compromissada	55.593	35.833
Debêntures	71.107	78.526
Ações	137.907	154.837
Letras financeiras subordinadas	100.496	92.111
Cotas de fundos de investimento em ações	106.193	59.937
Cotas de fundos de investimento multimercado	56.841	
Cotas de fundos de investimento renda fixa	253	235
Outros/Direitos e obrigações dos fundos	(2.434)	316
Subtotal	1.414.578	1.513.062
Cotas de fundos de investimento em participações		
CRT FIP (a)	23.240	23.948
Energia PCH FIP (b)	5.900	5.924
Total de cotas	29.140	29.872
Total de fundos de investimento	1.443.718	1.542.934
Total de títulos para negociação	1.449.246	1.548.034

(a) Representa a aplicação efetuada no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP. Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do NUCLEOS é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A.

O NUCLEOS está desenquadrado em relação aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.792/09, por deter 100% das cotas desse CRT FIP, adquiridas em 2003. O NUCLEOS iniciou em 2007 ações para enquadramento nos limites legais, que consiste em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos da CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de ampla divulgação não houve interessados.

(b) Representa a participação do NUCLEOS, aproximadamente 1%, no fundo de investimento em participações, denominado Energia PCH FIP. A carteira desse fundo é composta, principalmente, por adiantamentos concedidos à empresa Juruena Participações S.A. (42,21%) e por ações da referida empresa (53,28%).

(B) PROVISÃO PARA PERDAS

Em 31 de agosto de 2006 foi constituída provisão para perda, referente à totalidade do investimento em debêntures de emissão da empresa Têxtil Renaux. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 15.216 (R\$ 15.111 em 2012). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou com ação judicial de execução em 2006 para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente, e aguarda a decisão do processo.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento em debêntures de emissão da empresa ULBRA. Essa provisão, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 35.140 (R\$ 29.635 em 2012). O NUCLEOS, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela ULBRA na escritura de emissão de debêntures, e aguarda a decisão do processo.

(C) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os investimentos em imóveis estão registrados pelos valores de aquisição, acrescidos dos custos inerentes a essas aquisições, reavaliados a valor de mercado com intervalo máximo de três anos e deduzidos da depreciação, exceto terrenos. A composição da carteira de imóveis em 31 de dezembro é como segue:

Imóvel	Data da última avaliação	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em 2013	Valor contábil em 2012
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	05/2013	11.048	11.985	11.959	11.063
Rua Victor Civita, 66 - Barra	12/2011	3.633	5.415	5.337	5.376
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	06/2011		11.940	11.591	11.637
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	09/2011		12.000	11.861	11.807
Aluguéis e outros valores a receber				355	347
Direitos em alienação				204	508
TOTAL				41.307	40.738

As avaliações foram realizadas pelas empresas Avaliações Patrimoniais e Estudos Técnicos Ltda. - APET - EPP, CNPJ nº 32.321.333/0001-09, e Praxis Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ nº 02.393.061/0001-91.

Com a reavaliação do imóvel situado na Praia do Flamengo nº 200, em maio de 2013, foi contabilizado no resultado dos investimentos imobiliários o valor de R\$ 937, referente ao ganho de reavaliação (resultado positivo).

Os direitos em alienação correspondem à venda de participação do Shopping Light em junho de 2007, conforme escritura de compra e venda do 7º Tabelionato de Notas da Cidade de São Paulo. O NUCLEOS vendeu integralmente sua participação de 15% no Shopping Light, por R\$ 1.790, mediante o recebimento de R\$ 675 à vista e o restante em seis parcelas anuais de R\$ 170 e uma parcela de R\$ 95, reajustáveis pela variação do INPC acrescido de 0,5% ao mês, sendo a última parcela com vencimento em junho de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo a receber monta a R\$ 204 (R\$ 508 em 2012).

(D) EMPRÉSTIMOS

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010.

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução SPC/MPS nº 34, de 24 de setembro de 2009. A posição da carteira em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
Principal e encargos contratuais	12.798	12.163
(-) Provisão para perda	(1.307)	(1.461)
Total	11.491	10.702

A Entidade adotou todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos.

(E) DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Referem-se a depósitos judiciais ou recursais, vinculados a processos judiciais relativos aos investimentos, atualizados até a data do balanço pela variação da caderneta de poupança, com exceção dos depósitos vinculados a execuções fiscais com a Fazenda Nacional, que são corrigidos pela Selic, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2013, monta a R\$ 7.548 (R\$ 7.116 em 2012).

(F) OUTROS REALIZÁVEIS

	2013	2012
RET	34	34
IOF a recuperar	4.414	5.107
BACEN	6.069	6.069
INSS	4.938	4.938
Total	15.455	16.148

RET - Corresponde aos valores relativos ao laudo técnico de revisão de bases de cálculos de

imposto de renda, referente ao Regime Especial de Tributação (RET), que poderão ser utilizados para compensação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

IOF a recuperar - Referente à restituição do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), criado pela Lei nº 8.033, de 10 de abril de 1990, objeto de Ação Ordinária de Repetição de Indébito a ser recebido em dez parcelas anuais, tendo início de pagamento em maio de 2007. As parcelas anuais, devidas até o fechamento do balanço, foram recebidas regularmente.

BACEN - Crédito em favor do NUCLEOS, nos autos do processo movido contra o BACEN (processo nº 93.0012123-5), visando à correção plena dos depósitos bancários existentes à época do plano

econômico “cruzados novos”. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

INSS - Crédito em favor da Entidade, nos autos do processo movido contra o INSS (processo nº 99.021.2457-7), visando ao ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto já transitou em julgado.

8. Permanente

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do NUCLEOS. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos e 10% para aparelhos de som e imagem.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de *software* e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

O diferido refere-se a gastos com aquisição e desenvolvimento de sistemas de processamento de dados e são amortizados à taxa de 20% ao ano.

	2012	Depreciação/ Amortização	Adições	Baixas	2013
Imobilizado					
Móveis e utensílios	78	(18)	7	(1)	66
Computadores e periféricos	416	(110)	378	(45)	639
Aparelhos de som e imagem			3		3
Total do imobilizado	494	(128)	388	(46)	708
Intangível	55	(28)	73		100
Diferido	48	(28)			20
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	597	(184)	461	(46)	828

9. Exigível operacional

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição em 31 de dezembro é como segue:

	2013	2012
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	42	1
Retenções a recolher	229	191
Recursos antecipados	29	
Obrigações contratadas (a)	1.757	
Outras exigibilidades	5	
	<u>2.062</u>	<u>192</u>
Gestão administrativa		
Contas a pagar	723	595
Retenções a recolher	389	287
Outras exigibilidades	179	
	<u>1.291</u>	<u>882</u>
Investimentos	44	50
TOTAL DO EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.397	1.124

(a) Registra o saldo pendente de compensação e/ou devolução referente ao valor excedente de contribuições normais aportadas pelas patrocinadoras, em comparação com a contribuição normal dos participantes do Plano Básico de Benefícios, na vigência do Plano de Custeio de 2013. O saldo em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 1.757, sendo: INB R\$ 690, Eletronuclear R\$ 864 e NUCLEP R\$ 203. Vide item (c) da Nota 13.

10. Exigível contingencial

(A) CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Foram registradas provisões em relação aos processos cuja expectativa de perda foi considerada provável pelos escritórios que patrocinam as ações judiciais em que a Entidade é parte. A composição das provisões para contingências, em 31 de dezembro, é como segue:

Provisões para contingências	2013	2012
Gestão previdencial	446	2.351
Gestão administrativa	164	152
Investimentos	5.276	4.953
TOTAL	5.886	7.456

O valor estimado e não contabilizado envolvido nas ações judiciais em que a Entidade figura como ré, cuja avaliação de perda foi considerada "possível" pelos escritórios que patrocinam essas ações, monta, em 31 de dezembro de 2013, a R\$ 1.464 (R\$ 3.075 em 2012).

(B) CONTINGÊNCIAS ATIVAS

O Instituto, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs), o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional (BTNs).

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização. A ação movida pela ABRAPP (processo nº 91.012.3902-3), requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado, em novembro de 2010, decisão favorável ao pleito das EFPCs. Com base nessa decisão, o NUCLEOS efetuou o registro contábil do valor a receber, no montante de R\$ 29.524, de acordo com o laudo técnico elaborado por consultoria especializada, contratada pela ABRAPP. Esse valor foi revertido em 2011, conforme determinado pela PREVIC, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP promoveu a execução da sentença. Após citada, a União Federal opôs embargos à execução e ingressou com Ação Rescisória (processo nº 2012.02.01.000858-3) com pedido de antecipação de tutela, a fim de declarar a improcedência dos pedidos formulados pela ABRAPP no processo nº 91.012.3902-3 e suspender a execução e o pagamento do valor envolvido no litígio. A antecipação de tutela foi deferida em parte para suspender a realização de quaisquer pagamentos até o julgamento da Ação Rescisória. As alegações da União foram contestadas pela ABRAPP e aguarda-se o julgamento da Ação.

11. Patrimônio de cobertura do plano

O patrimônio de cobertura do plano monta, em 31 de dezembro de 2013, a R\$ 1.865.479 (R\$ 1.845.494 em 2012), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do plano de benefícios administrado pela Entidade (Plano Básico de Benefícios - PBB).

(A) PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no regulamento do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

	2013	2012
Provisões matemáticas		
Benefícios concedidos		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	<u>478.368</u>	<u>424.424</u>
Benefícios a conceder		
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.636.411	1.411.190
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	<u>69.063</u>	<u>60.253</u>
Total de benefícios a conceder	<u>1.705.474</u>	<u>1.471.443</u>
(-) Provisões matemáticas a constituir		
(-) Serviço passado - patrocinadoras	<u>(44.917)</u>	<u>(50.373)</u>
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	<u>2.138.925</u>	<u>1.845.494</u>

(i) Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefício, líquido de suas contribuições.

(ii) Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

(iii) Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. O custeio para cobertura dessa provisão é de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras e o término da amortização está previsto para ocorrer em novembro de 2020.

(iv) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais utilizadas nas avaliações de 2013 e 2012 estão resumidas a seguir:

	2013	2012
Taxa real de juros	5,75% ao ano	6% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo	AT-1949, agravada em 100%, segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Pensionistas	Composição real	Composição real
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Filhos (quantidade)	2	2

(B) EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 31 de dezembro, a Entidade apurou o seguinte resultado:

	2013	2012
Resultados realizados		
Até o exercício anterior		
No exercício atual	<u>(273.446)</u>	
DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	<u>(273.446)</u>	

Será elaborado plano de equacionamento de déficit para o reequilíbrio do Plano, nos termos da legislação aplicável, caso a situação deficitária se mantenha.

O resultado realizado em cada exercício é apresentado como segue:

Gestão previdencial	2013	2012
Adições		
Contribuições previdenciais	73.325	69.071
Remuneração das contribuições em atraso	4.911	4.383
Provenientes de contribuições contratadas	158.758	133.227
Outras adições	<u>4.998</u>	
TOTAL DAS ADIÇÕES	<u>241.992</u>	<u>206.681</u>

	2013	2012
Gestão previdencial		
Deduções		
Benefícios de prestação continuada	(42.511)	(37.287)
Institutos	(330)	(242)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(126.204)	(105.180)
Outras deduções	<u>(4.380)</u>	<u>(292)</u>
Total das deduções	<u>(173.425)</u>	<u>(143.001)</u>
Reversão (constituição) de contingências	<u>1.972</u>	<u>(1.089)</u>
Custeio administrativo previdencial	<u>(11.129)</u>	<u>(10.504)</u>
Resultado dos investimentos do PBB	<u>(150.695)</u>	<u>338.503</u>
Constituição de provisões matemáticas	<u>(293.431)</u>	<u>(271.198)</u>
Reversão (constituição) de fundo previdencial	<u>111.270</u>	<u>(119.392)</u>
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	<u>(273.446)</u>	

O resultado da gestão administrativa em cada exercício é apresentado como segue:

	2013	2012
Gestão administrativa		
Receitas		
Custeio administrativo previdencial	11.129	10.504
Custeio administrativo dos investimentos	1.116	1.402
Taxa de administração de empréstimos	65	88
Receitas diretas/outras receitas	<u>87</u>	<u>74</u>
Total das receitas	<u>12.397</u>	<u>12.068</u>
Despesas		
Pessoal e encargos	(7.319)	(6.809)
Treinamentos/congressos e seminários	(132)	(133)
Viagens e estadias	(165)	(149)
Serviços de terceiros	(2.008)	(1.690)
Despesas gerais	(2.368)	(2.491)
Depreciação/amortização	<u>(184)</u>	<u>(113)</u>
Total das despesas	<u>(12.176)</u>	<u>(11.385)</u>
Constituição de contingências	<u>(9)</u>	<u>(34)</u>
Resultado dos investimentos do PGA	<u>(135)</u>	<u>894</u>
Constituição de fundo administrativo	<u>77</u>	<u>1.543</u>

O resultado dos investimentos em cada exercício é apresentado como segue:

	2013	2012
Investimentos		
Rendas/variações líquidas		
Créditos privados e depósitos	2.759	3.847
Fundos de investimento	(159.553)	327.678
Investimentos imobiliários	4.760	3.141
Empréstimos a participantes	1.858	109
Outros investimentos/obrigações	443	381
Total das rendas/variações líquidas	(149.733)	335.156
Reversão de contingências	108	6.044
Custeio administrativo dos investimentos	(1.181)	(1.490)
Constituição de fundos dos investimentos	(24)	(313)
Resultado dos investimentos (PBB e PGA)	(150.830)	339.397

12. Fundos

Os fundos constituídos apresentam em 31 de dezembro os seguintes saldos:

	2013	2012
Fundos previdenciais	8.122	119.392
Fundos administrativos	5.585	5.508
Fundos dos investimentos	1.179	1.155
Total	14.886	126.055

(i) Fundo previdencial

O fundo previdencial está previsto em nota técnica atuarial e foi constituído com o resultado superavitário do plano de benefícios no exercício de 2012. Os recursos do fundo destinam-se à correção de desequilíbrios financeiros e atuariais provenientes da redução da taxa real de juros utilizada no cálculo das provisões matemáticas. O fundo é atualizado mensalmente pela taxa de retorno dos investimentos do Plano Básico de Benefícios. Em dezembro de 2013, foi utilizado o montante de R\$ 100.022, para a cobertura do aumento nas provisões matemáticas decorrente da redução da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial (de 6% para 5,75% ao ano).

(ii) Fundo administrativo

O fundo administrativo é constituído pelo excedente verificado na apuração do resultado da gestão administrativa, com a finalidade de suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na manutenção das atividades administrativas, em consonância com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo é atualizado pela rentabilidade dos investimentos nos quais possua recursos aplicados

(iii) Fundos de investimento

Os fundos de investimento são compostos pelo fundo de liquidez, destinado à cobertura de inadimplência na carteira de empréstimos, e pelo fundo de quitação por morte, destinado à liquidação de saldo devedor de empréstimos no caso de falecimento do mutuário. Os fundos são corrigidos pela rentabilidade dos investimentos.

13. Equivalência financeira entre a contribuição normal das patrocinadoras e dos participantes

No plano de custeio, aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo, são estabelecidas as contribuições normais dos participantes e das patrocinadoras, com base nos resultados da avaliação atuarial.

As contribuições normais dos participantes são calculadas mensalmente observando faixas salariais. Em contrapartida, a contribuição normal das patrocinadoras é calculada aplicando-se a taxa estabelecida no plano de custeio sobre a folha mensal de salários de todos os seus empregados, participantes do NUCLEOS.

Assim sendo, ao longo do ano, a aplicação do percentual de contribuição atribuído às patrocinadoras no plano de custeio, sobre a folha mensal de salários, pode não corresponder aos montantes das contribuições mensais dos participantes. Dessa forma, para se respeitar a equivalência financeira contributiva, se faz necessária a realização de ajustes periódicos.

A seguir é apresentado o resultado dos ajustes efetuados nos exercícios contábeis de 2012 e 2013, para a preservação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes.

(a) Plano de Custeio de 2011 (Vigência no período de janeiro de 2011 a março de 2012)

Em conformidade com o Plano de Custeio de 2011, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, o resultado da comparação entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes ativos, na vigência do referido plano de custeio (período de janeiro de 2011 a março de 2012) está demonstrado no quadro a seguir:

Patrocinadora	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal do participante ativo (2)	Insuficiência (1-2)
INB	3.147	3.813	(666)
Eletronuclear	6.691	8.120	(1.429)
NUCLEP	2.634	3.509	(875)
NUCLEOS	78	89	(11)
TOTAL	12.550	15.531	(2.981)

A insuficiência de contribuições apurada na vigência do Plano de Custeio de 2011 foi contabilizada em 2012. Em relação à cobrança às patrocinadoras, os valores apurados foram compensados com o excedente de contribuições apurado na vigência do Plano de Custeio de 2012 (período de abril de 2012 a março de 2013).

(b) Plano de Custeio de 2012 (vigência no período de abril de 2012 a março de 2013)

Em consonância com o Plano de Custeio de 2012, aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, o resultado da verificação da equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes ativos do Plano Básico de Benefícios - PBB está demonstrado no quadro a seguir:

Patrocinadora	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal do participante ativo (2)	Excedente (1-2)
INB	7.010	6.155	855
Eletronuclear	15.302	13.149	2.153
NUCLEP	6.340	6.311	29
NUCLEOS	180	142	38
TOTAL	28.832	25.757	3.075

O saldo excedente de contribuições aportadas na vigência do Plano de Custeio de 2012, após a compensação com a insuficiência de contribuições apurada na vigência do Plano de Custeio de 2011, foi cobrado, devolvido ou compensado no decorrer do exercício de 2013.

(c) Plano de Custeio de 2013 (vigência no período de abril de 2013 a março de 2014)

Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS, ao final de cada trimestre de vigência do Plano de Custeio de 2013, é verificada a equivalência financeira entre as contribuições normais das patrocinadoras e dos participantes (ativos e assistidos) do Plano Básico de Benefícios - PBB. Assim, na comparação das contribuições normais aportadas pelas patrocinadoras e participantes, desde o início de vigência do referido plano de custeio até o fechamento do balanço, ou seja, de 1º de abril a 31 de dezembro de 2013, foram apurados os seguintes valores (valor acumulado relativo aos trimestres encerrados em junho, setembro e dezembro), conforme quadro que segue:

Patrocinadora	Contribuição normal da Patrocinadora (1)	Contribuição normal dos participantes			Excedente (1-2)
		Ativos	Assistidos	Total (2)	
INB	6.330	4.942	698	5.640	690
Eletronuclear	13.399	10.275	479	10.754	2.645
NUCLEP	5.554	4.794	309	5.103	451
NUCLEOS	178	122	24	146	32
TOTAL	25.461	20.133	1.510	21.643	3.818

O excedente de contribuições apurado no período foi objeto de devolução às patrocinadoras ou compensação com as contribuições devidas por elas em períodos subsequentes. O saldo pendente de devolução ou compensação está demonstrado no Item (a) da Nota 9.

14. Custeio administrativo e rateio das despesas administrativas

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

A taxa de administração é formada pela parcela das contribuições dos patrocinadores, participantes e assistidos, pelo resultado dos investimentos, ajustados pelas receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas, conforme definido no Regulamento PGA.

No exercício de 2013, o custeio administrativo, no valor de R\$ 12.310 (R\$ 11.994 em 2012), e as despesas administrativas, no valor de R\$ 12.176 (R\$ 11.385 em 2012), representam, respectivamente, 0,80% e 0,79% (0,73% e 0,70% em 2012) dos recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios em 31 de dezembro de 2013, cujo valor monta a R\$ 1.533.583 (R\$ 1.633.400 em 2012).

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais de mão de obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade.

* * *

Norman Victor Walter Hime
Presidente
 CPF - 344.225.527-91

Luiz Claudio Levy Cardoso
Diretor Financeiro
 CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian
Diretor de Benefícios
 CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2
 CPF - 712.625.203-04



PARECERES

Conexão é buscar a opinião isenta de especialistas.



1. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - PRICEWATERHOUSECOOPERS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores
NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis da NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Os exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2013, sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

2. PARECER ATUARIAL – TOWERS WATSON

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 do Plano Básico de Benefícios do NUCLEOS Instituto de Seguridade foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pelo NUCLEOS posicionado em 30 de junho de 2013.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31 de dezembro de 2013.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pelo NUCLEOS verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do NUCLEOS e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras Indústrias Nucleares do Brasil S/A – INB, Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A NUCLEP, Eletrobrás Termonuclear S/A – ELETRO-NUCLEAR e NUCLEOS Instituto de Seguridade Social oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados, considerando o regime de solidariedade dos compromissos entre todas as empresas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela portaria PREVIC nº 631, de 04 de novembro de 2011.

I. Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2013
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	3.613
Idade média (em anos)	42,2
Tempo de serviço médio (em anos)	13,2
Participantes em aguardando de benefício proporcional diferido	3

Benefícios a Concedidos	30/06/2013
Número de aposentados válidos	678
Número de aposentados inválidos ²	108
Número de pensionistas (grupos familiares)	227

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos.

II. Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e o NUCLEOS e contam com o aval das patrocinadoras do Plano Básico de Benefícios conforme determina a Resolução CGPC no 18/2006, alterada pela Resolução MPC/CNPC nº 09/2012.

Na presente avaliação foram alteradas as premissas de taxa real anual de juros e rotatividade. Os fundamentos para alteração das tábuas biométricas e demográficas constam no “Relatório do Estudo de Aderência das Hipóteses Atuariais – Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006”, elaborado pela Towers Watson em 02 de setembro de 2013 e da alteração da taxa de juros no estudo de “ALM – Asset Liability Management”, também elaborado pela Towers Watson.

Para apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizados os seguintes métodos e hipóteses atuariais:

Hipóteses Atuariais

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2013	2012
Taxa real anual de juros	5,75% a.a.	6,00% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,01% a.a.	2,01% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	98,01%	98,01%
Benefícios do plano	98,01%	98,01%
Benefícios do INSS	98,01%	98,01%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2013	2012
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-1949 ²	AT-1949 ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de Rotatividade	Tábua denominada Experiência Towers Watson	Até 47 anos: NUCLEOS: 5% Demais Patrocinadoras: 1% A partir de 48 anos: Nula

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo

² Agravada em 100%, segregada por sexo

Outras hipóteses	2013	2012
Elegibilidade ao INSS	30 anos para mulher e 35 para os homens	30 anos para mulher e 35 para os homens
Tempo de vinculação ao INSS	Mínimo entre o tempo de serviço e a idade menos 18 anos	Mínimo entre o tempo de serviço e a idade menos 18 anos
Composição familiar		
Benefícios concedidos		
Aposentados	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Pensionistas	Composição real	Composição real
Benefícios a conceder		
Cônjuge	Mulher 4 anos mais jovem que o homem	Mulher 4 anos mais jovem que o homem
Filhos	2	2

Foi realizado em setembro/2013 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006. Nessa ocasião foram analisadas as hipóteses biométricas, demográfica e de crescimento real de salários.

A seguir estão descritas as fundamentações para as principais hipóteses utilizadas na avaliação atuarial:

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9/2012, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pelo NUCLEOS para calcular a taxa interna de retorno dos fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano Básico de Benefícios, com base na expectativa de rentabilidade e no fluxo de pagamento dos benefícios.

Com base no fluxo futuro de pagamento de benefícios líquido das receitas de contribuições do Plano Básico de Benefícios, apurado considerando as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas e os métodos atuariais descritos no Parecer Atuarial de fechamento do exercício de 2012 em atendimento à PREVIC e na projeção de retorno real composto anualizado dos ativos do plano verificou-se que a taxa interna de retorno do Plano Básico de Benefícios é compatível com a taxa de 5,75% a.a (cinco vírgula setenta e cinco por cento).

Com base neste estudo o Nucleos decidiu por adotar, no ano de 2013, a taxa de juros de 5,75% a.a. (cinco vírgula setenta e cinco por cento) dando início no escalonamento previsto no texto da

Resolução CNPC nº 09/2012, que permite a redução da taxa em 0,25% ao ano até alcançar o patamar de 4,5% a.a. na avaliação atuarial relativa ao exercício de 2018.

O estudo acima foi apreciado pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) e aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras ELETRONUCLEAR, INB e NUCLEP, com base na Resolução CCE Nº 09/96, recomendaram a manutenção, para os próximos exercícios, da taxa real de crescimento salarial de 2,01% a.a. (capitalização de 1% a título de anuênio e 1% a título de ganhos por promoções).

Para a patrocinadora NUCLEOS, por não dispor de massa crítica para a realização de teste estatístico para determinação desta hipótese, foi considerado o mesmo percentual de 2,01% a.a. adotado para as demais patrocinadoras.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção do fator de 98,01% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%. Isto significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios em torno de 2%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e rotatividade de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano Básico de Benefícios foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram pela manutenção das tábuas biométricas e a necessidade de alterar a tábua de rotatividade.

• REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

- Regime Financeiro – Regime de Capitalização
- Método Atuarial – Método Agregado

Regime de Capitalização

O Regime de Capitalização estabelece o financiamento gradual dos benefícios futuros do plano ao longo da vida do participante. Neste Regime existem diversas formas de distribuição do custo. A forma em que se dá essa distribuição é que define o método de capitalização.

Método Agregado

Para cada participante ativo é calculado o valor atual, na data da avaliação, dos benefícios projetados até a data prevista do início do pagamento do benefício, levando-se em conta hipóteses para mortalidade, rotatividade, invalidez, aposentadoria e o crescimento real de salários previsto até aquela data.

A Provisão Matemática é igual ao valor atual dos benefícios futuros de todos os participantes menos o valor atual de todas as contribuições futuras baseadas no método de custeio vigente na data da avaliação.

• ÍNDICE DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Os benefícios concedidos serão atualizados nas mesmas épocas do INSS considerando-se o INPC-IBGE.

III. Patrimônio Social

Com base no Balanço do NUCLEOS de 31 de dezembro de 2013, o Patrimônio Social é de R\$1.880.364.688,58.

A Towers Watson elaborou estudo de ALM - Asset Liability Management tendo concluído que o Instituto possui capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pelo NUCLEOS.

IV. Patrimônio de Cobertura do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.865.478.954,08
Provisões Matemáticas	2.138.924.834,51
<i>Benefícios Concedidos</i>	478.368.488,81
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	478.368.488,81
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	369.265.824,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	109.102.664,57
<i>Benefícios a Conceder</i>	1.705.473.672,42
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	1.636.410.872,73
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	2.037.556.718,44
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(203.100.141,68)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(198.045.704,03)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	69.062.799,69
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	86.569.256,50
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(8.863.519,08)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(8.642.937,73)
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	(44.917.326,72)
Serviço Passado	(44.917.326,72)
<i>Equilíbrio Técnico</i>	(273.445.880,43)
Resultados Realizados	(273.445.880,43)
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	(273.445.880,43)
Fundos	14.885.734,50
Fundo Administrativo	5.585.064,69
Fundo de Investimento	1.178.771,21
Fundo Previdencial – Previsto em Nota Técnica Atuarial	8.121.898,60

Considerando que, de acordo com a Instrução MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009, o registro contábil da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos deve informar o valor atual dos benefícios futuros programados dos assistidos líquido do valor atual das contribuições futuras efetuadas pelos participantes assistidos, o valor presente das contribuições futuras das patrocinadoras paritárias às contribuições dos atuais assistidos está sendo descontado da Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder do plano.

Na presente avaliação atuarial foi revertido do Fundo Previdencial o montante de R\$ 100.022.510,74 para cobertura do impacto decorrente da alteração da taxa de juros de 6% ao ano para 5,75% ao ano. Ficou ainda registrado no Fundo Previdencial o valor de R\$ 8.121.898,60.

A finalidade do Fundo Previdencial é dar cobertura aos impactos decorrentes da alteração da taxa de juros na forma prevista na Resolução CNPC nº 9/2012. Esse fundo será atualizado mensalmente pelo retorno dos investimentos do plano.

No resultado apresentado para a avaliação atu-

arial de 31 de dezembro de 2013 foi registrado o valor do Déficit Técnico Acumulado de R\$ 273.445.880,43, que representa 12,78% das provisões matemáticas, de acordo com o facultado na Resolução MPS/CNPC nº 13, de 04/11/13. A referida norma estabelece que, em caso de déficit superior a 10% das provisões matemáticas, é necessário elaborar plano de equacionamento de déficit até o final do exercício seguinte, ou seja, até 31/12/2014.

A principal causa do déficit foi o patrimônio do Plano não ter alcançado, no exercício de 2013, a meta atuarial fixada em 11,90% (INPC+6% ao ano), uma vez que a rentabilidade auferida pelos investimentos do NUCLEOS foi negativa em 9,34%.

V. Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2013 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2013.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	2.183.842.161,23	2.123.630.415,48	2,84%
Benefícios Concedidos	478.368.488,81	438.341.717,24	9,13%
Benefícios a Conceder	1.705.473.672,42	1.685.288.698,24	1,20%

Os compromissos atuariais variaram principalmente devido a alteração da taxa de juros.

VI. Plano de Custeio

Para atender ao disposto no artigo 18(1) da Lei Complementar 109, de 29/05/01, as taxas de custeio dos participantes e patrocinadoras devem ser revistas anualmente de forma a garantir o equilíbrio do plano de benefícios. Os critérios para este cálculo foram estabelecidos respeitando a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

(1) *Art. 18. O plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador (...)*

Plano de Custeio para 2014

A partir de 01 de abril de 2014 deverão ser adotadas as seguintes taxas de contribuição:

Taxas de contribuição (*)	Plano de Custeio (%)
A – Patrocinadores (A.1 + A.2 + A.3)	10,88%
A.1 – Custo Normal – Participantes Ativos (Paridade)	7,66%
A.2 – Custo Normal – Participantes Assistidos (Paridade)	0,64%
A.3 – Extraordinária (Serviço Passado)	2,58%
B – Participantes Ativos	7,66%
C – Participantes Assistidos	8,00%

(*) A – Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
 B – Incidente sobre a folha de salários dos participantes ativos;
 C – Incidente sobre os benefícios dos assistidos que recebem abono.

Essas taxas são calculadas com base no perfil salarial da data base da avaliação atuarial (30/06/2013), sendo portanto meramente ilustrativas.

Para atender o disposto no Plano de Custeio de 2014, as patrocinadoras deverão recolher mensalmente ao NUCLEOS a importância equivalente ao produto da aplicação da taxa prevista no item A.1 (7,66%) acrescida da taxa prevista no item A.2 (0,64%), totalizando 8,30% sobre a folha mensal de salários de participação de todos os seus empregados, participantes do NUCLEOS. Em contrapartida, através da folha de benefícios, serão recolhidas as contribuições normais efetuadas pelos assistidos e, ao final de cada bimestre, será verificada a equivalência financeira da paridade contributiva entre as contribuições efetuadas pelas patrocinadoras e participantes ativos e assistidos com base nos valores registrados no balancete, realizando os

ajustes financeiros necessários.

A taxa para cobertura do Serviço Passado informada no item A.3 (2,58%) é recalculada a cada ano considerando o prazo remanescente, com previsão de término em novembro de 2020. Essa taxa deve ser aplicada sobre a folha mensal de salários de todos os empregados das patrocinadoras, participantes do NUCLEOS.

Os percentuais de contribuição indicados neste parecer para as patrocinadoras e para os participantes deverão incidir também sobre o 13º salário.

A taxa de contribuição dos participantes ativos de 7,66%, aplicada sobre o salário de participação, representa o custo médio da contribuição calculada considerando-se os salários de participação informados na data base da avaliação atuarial. Esta taxa de 7,66% equivale ao resultado da soma das seguintes parcelas:

Faixa Salarial	Percentuais de Contribuição
Sobre o salário de participação	2,83%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e a metade do maior salário de benefício do INSS	2,81%
Sobre a diferença (positiva) entre o salário de participação e o maior salário de benefício do INSS	5,70%

A contribuição dos participantes assistidos, paga somente pelos que recebem o abono previsto no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, foi mantida em 8% do valor do benefício NUCLEOS, conforme adotada nos anos anteriores.

Nas taxas de contribuição normal e para cobertura do serviço passado das patrocinadoras, dos participantes e assistidos está incluída a taxa de 15% para cobertura das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do autopatrocínio assumem cumulativamente as contribuições de participante e de patrocinadora previstas no Regulamento do Plano Básico de Benefícios, inclusive aquelas destinadas ao custeio das despesas administrativas.

Os participantes optantes pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) devem assumir o pagamento dos custos administrativos e cobertura de morte e invalidez, nos casos em que fizerem opção por estas coberturas. Com relação aos custos administrativos, no ano de 2013 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 9º do Artigo 40 decidiu que a referida cobrança seria a mesma adotada para o ano de 2012, qual seja, calcular o valor da contribuição hipotética como se o participante optante pelo BPD fosse um participante ativo e cobrar 15% desse valor a título de custeio para cobertura dos gastos administrativos. A Towers Watson não vislumbra óbices em adotar esta mesma cobrança para o Plano de Custeio de 2014.

Quanto à cobertura de morte e invalidez, no ano de 2013 o Conselho Deliberativo do NUCLEOS, conforme determina o § 10 do Artigo 40, decidiu cobrar a taxa calculada atuarialmente para a cobertura destes mesmos tipos de benefício. Esses percentuais incidiram sobre o salário-de-participação, calculado pela mesma metodologia adotada no cálculo do salário-de-participação dos autopatrocinados. A Towers Watson não vislumbra óbices em adotar a taxa calculada atuarialmente, apurada com base nos resultados da avaliação atuarial de 2013, correspondentes a

0,76% para a cobertura da morte e 0,37% para a da invalidez, no Plano de Custeio de 2014.

VII. Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios administrado pelo NUCLEOS Instituto de Seguridade Social informamos que o plano apresenta um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 273.445.880,43, devendo ser elaborado plano de equacionamento até o final do exercício de 2014, conforme determina a Resolução MPS / CNPC nº 13, de 04/11/13.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2014

Lenir Cavalcanti
 Consultora Sênior

Miria Bellote de Azevedo
 MIBA nº 482

3. PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Emitido na 81ª reunião do Conselho Fiscal
Realizada em 13 de março de 2014.

O Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, após exame das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2013, apoiado no parecer da empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, e da posição das provisões matemáticas em 31/12/2013, elaboradas pela empresa Towers Watson, é de opinião que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de merecerem deliberação por parte do Conselho Deliberativo.


Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena
Presidente do Conselho Fiscal


Rosângela Vieira Paes da Silva
Conselheiro Titular


Pedro Francisco Dias Calheiros Boite
Conselheiro Titular

Av. Republica do Chile nº 230 – 15º andar – Centro — Rio de Janeiro – TELEFAX: (21) 2173-1464


4. PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, em sua 176ª Reunião Ordinária, realizada em 14 de março de 2014, consoante o previsto no capítulo VI, art. 35, do Estatuto do Nucleos, examinou e aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício Definido e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Baseado no Parecer emitido pelo Conselho Fiscal, em sua 81ª Reunião realizada no dia 13 de março de 2014, no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e nas explicações/justificativas prestadas pelo Diretor Financeiro e pelo contador do Nucleos, o Conselho Deliberativo é de opinião que as Demonstrações Contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.



André Ribeiro Mignani
(*) Presidente do Conselho Deliberativo


Paulo César da Rocha Dantas
Conselheiro Titular


Carlos Fernandes
Conselheiro Titular


Nelson Ramos Nogueira Filho
Conselheiro Titular


Herminio de Aguiar Caldeira
Conselheiro Titular


Clezio dos Santos Oliveira
Conselheiro Suplente

Av. República do Chile, n  230, 15  andar - Ala Sul - Centro, Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-919 - Tel.: (21) 2173-1489 - www.nucleos.com.br

(*) O conselheiro André Ribeiro Mignani foi escolhido Presidente do Conselho Deliberativo em 10 de fevereiro de 2014.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Conexão é discutir para chegar às melhores práticas.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS

INFORMAÇÕES GERAIS

Entidade: NUCLEOS Instituto de Seguridade Social (01688)

Vigência: 01.01.2014 a 31.12.2018

Ata da reunião do Conselho Deliberativo: 174ª Reunião Ordinária, de 25/11/2013

Modalidade do Plano de Benefícios: Benefício Definido

CNPB do Plano: nº 19.790.022-74

Administrador responsável pelo Plano Básico de Benefícios: Paulo Sérgio Poggian

Meta atuarial: INPC + 5,75% a.a.

Mecanismo de informação da política de investimentos aos participantes: eletrônico.

Consultoria responsável pela elaboração do estudo de ALM (Asset Liability Management – Gestão de Ativos e Passivos): Towers Watson.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Em cumprimento ao disposto no artigo 7º da Resolução CMN nº 3.792, o administrador estatutário tecnicamente qualificado para todos os segmentos de aplicação da entidade é o seu Diretor Financeiro, Sr. Luiz Claudio Levy Cardoso, CPF: 776.079.377-49, telefone para contato: (21) 2173-1489, e-mail para contato: llevy@nucleos.com.br.

INTRODUÇÃO

Para adequar os fundos de pensão ao novo contexto socioeconômico, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, órgão regulador do setor, estabeleceu através da Resolução MPS/CNPC 09, de 29 de Novembro de 2012, que alterou a CGPC nº 18/2006, regras a serem adotadas no cálculo das obrigações dos planos previdenciários.

Dois temas fundamentais foram incorporados na Resolução CNPC 09:

- A obrigatoriedade da realização de estudos que comprovem aderência da tábua biométrica utilizada nas avaliações atuariais ao comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano nos três últimos exercícios;
- A alteração da taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que deve ser reduzida em 0,25% por ano até chegar a 4,50% no exercício de 2018. As entidades fechadas que administrem planos com taxa real de juros superior aos limites estipulados e igual ou inferior a 6,00% poderão mantê-la, desde que autorizadas anualmente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, com base em estudo que comprove a sua plena adequação e aderência.

Ressalta-se que a taxa real de juros para cada plano de benefícios deverá ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios. Tais estudos devem ser apreciados pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da entidade fechada, e ficarão disponíveis na entidade para conhecimento de participantes e patrocinadores e apresentação ao órgão fiscalizador sempre que requisitados.

GESTÃO DO ATIVO E DO PASSIVO

Visando aprimorar a alocação de ativos, com uma gestão integrada ao passivo, foi feito estudo de ALM (Asset Liability Management) para o plano BD do Nucleos Instituto de Seguridade Social. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual, por todo o período de projeção e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximize a relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência.

A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses atuarias que impactam no resultado final da análise e nos cenários projetados de juros.

MACROALOCÇÃO

É o processo que, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite estruturar a alocação dos ativos considerando os impactos dos cenários macroeconômicos sobre os investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Desta forma, orientará as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

Cenário atual

Estrutura a termo da taxa de Juros: Curva ANBIMA e pesquisa FOCUS do dia 31/Julho de 2013

Cenário	Juro Nominal		Juro Real	Projeção para 2013	
	Selic Curto Prazo	Longo Prazo 10 anos	Longo Prazo	Inflação	PIB
Atual	8,50%	10,93%	5,39%	5,75%	2,24%

Cenário de Longo Prazo (2023)

- Estrutura a termo da curva de juros: MCM Consultores
- Crescimento (PIB e Inflação): MCM Consultores

(Cenário MCM Consultores informado pelo Nucleos)

Cenário	Juro Nominal		Juro Real	Variáveis Econômicas	
	Selic Curto Prazo	Longo Prazo 10 anos	Longo Prazo	Inflação	PIB
Cenário Núcleos	9,25%	10,75%*	5,50%**	4,10%	3,68%

*Prêmio de Longo Prazo proposto: 1,50%

**Inflação implícita proposta: 5,0%

Cenário Utilizado: data-base julho/2013

Objetivando atualizar premissas e cenários, o estudo de ALM será revisado uma vez em cada exercício. No estudo de ALM utilizado para a elaboração desta Política de Investimentos (documento anexo), é apresentado o detalhamento dos cenários macroeconômicos utilizados e dos resultados obtidos através da otimização.

CENÁRIO ECONÔMICO

O cenário atual é composto pelas expectativas de mercado

- Curva de juros (real e nominal)
- Inflação
- PIB

Fontes dos cenários econômicos:

Atual

- Estrutura a termo da curva de juros: ANBIMA
- Crescimento (PIB e Inflação): Boletim Focus (Banco Central)

MODELAGEM DAS CLASSES DE ATIVOS – TOWERS WATSON

Renda Fixa

Títulos do Governo

Foram utilizados subíndices do IMA: conjunto de índices calculados pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) que refletem as características dos títulos do governo negociados no mercado:

- IMA-S: Títulos Pós-Fixados
- IRFM: Títulos Pré-Fixados
- IMA-B 5: Títulos indexados ao IPCA com vencimento até 5 anos
- IMA-B/C 5+: Títulos indexados ao IPCA/IGP-M com vencimento maior do que 5 anos

Títulos Privados Indexados à Inflação

Representa uma classe de ativos que contém títulos com risco de crédito. São indexados à inflação e modelados com um prêmio de retorno e volatilidade em relação à classe de ativos IMA-B.

- A é o rating mínimo.
- Duration média de 4,2 anos.
- Prêmio de risco histórico de 0,80% a.a. acima da NTN-B com a mesma duration.
- Sugestão de prêmio de risco mais conservador: 0,5% a.a..

Títulos Privados Indexados ao CDI

Títulos Privados indexados ao IMA-S (pós-fixados).

A modelagem dessa classe é através de emissões de ativos como letras financeiras, debêntures e CDBs

- Duration média de 2 anos
- Prêmio de risco de 109% do IMA-S
- Sugestão de prêmio de risco mais conservador: 106% do IMA-S

Renda Variável

IBOVESPA e IBrX – Fundo Bolsa Passivo

- O retorno é consequência da evolução do cenário macroeconômico baseado nos dados de entrada para o cenário atual e de longo prazo. O risco é calculado com base em série histórica de 9 anos.

Valor – Fundo Bolsa Valor

- Classe de ativo baseado em um retorno médio de 9 fundos considerados como estratégia “Valor” com uma série histórica de 5 anos para calcular os parâmetros alfa e beta, assim como o risco e a correlação dos índices Ibovespa e Small.

FIC FIA – Fundo de Fundos

- Fundo baseado pela série histórica das cotas de 3,5 anos para calcular os parâmetros alfa e beta, assim como o risco e a correlação do índice Ibovespa.

Estruturados

Hedge Funds - FIC FIM – Fundo de Investimento em Fundos de Investimentos Multimercados

- Classe de ativos baseado na série histórica de 5 anos do IHFA (Índice da ANBIMA de Hedge Funds).

Investimentos no Exterior

MSCI World Index

- Classe de ativo baseada em uma série histórica de 9 anos para calcular os parâmetros alfa e beta, assim como o risco e a correlação do índice com o IBrX.

- Série calculada em BRL.

Empréstimos

- Classe de ativos atrelada ao índice de inflação projetada.

Imóveis

- Classe de ativos com correlação positiva com a inflação e o PIB, e correlação negativa com a curva de juros nominal.

A segunda etapa do processo inclui a elaboração de um relatório baseado nas informações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório é apresentado pelo menos uma vez por mês ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

RESULTADOS DA OTIMIZAÇÃO

Macroalocação de Ativos

Através do estudo de aderência da taxa de juros, a expectativa de retorno real, acumulado no período de 25 anos, dos ativos marcado a mercado da carteira do Plano de Aposentadoria é superior a 5,75% a.a. O resultado deste estudo técnico mostra que a TIR (Taxa Interna de Retorno) média da carteira teórica, está aderente com a premissa utilizada no estudo, que é de 5,75% a.a..

Considerando a premissa de redução gradual da taxa de desconto, a carteira teórica de ativos está de acordo com o teto máximo indicado pela Resolução CNPC nº 9/2012.

Microalocação de Ativos

Nos segmentos de renda fixa e renda variável, o início do processo de seleção dos investimentos que farão parte da carteira ocorre a partir da atualização periódica de informações. Isso envolve o acompanhamento de toda a legislação referente às EFPCs e ao mercado financeiro, bem como leitura de jornais e periódicos especializados, participação em seminários, palestras e cursos direcionados aos profissionais da área, reuniões e contatos com consultorias e demais profissionais de mercado. Esses recursos têm por objetivo fornecer todo o suporte técnico necessário para o acompanhamento dos mercados.

Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

Segmento de aplicação	Alocação	NUCLEOS		RESOLUÇÃO 3.792	
	Estratégica	limite inferior	limite superior	limite inferior	limite superior
Renda Fixa	69,00%	50,00%	100,00%	0,00%	100,00%
Renda Variável	15,90%	0,00%	30,00%	0,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	6,60%	0,00%	8,00%	0,00%	20,00%
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	1,60%	0,00%	3,00%	0,00%	20,00%
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5,00%	0,00%	5,00%	0,00%	10,00%
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Investimentos no exterior	2,00%	0,00%	3,00%	0,00%	10,00%
Imóveis	4,50%	0,00%	6,00%	0,00%	8,00%
· Aluguéis e renda	4,50%	0,00%	6,00%	0,00%	8,00%
· Empreendimentos imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
· Outros imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	8,00%
Operações com participantes	2,00%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
· Empréstimos	2,00%	0,00%	8,00%	0,00%	15,00%
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%

UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN 3.792.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores dos fundos de investimentos do Instituto são os responsáveis pela elaboração da avaliação prévia dos riscos envolvidos.

OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

As operações que tenham como objeto a oferta pública de ações, advindas de operações estruturadas de abertura de capital de empresas poderão ser adquiridas somente pelos gestores externos dos fundos

de investimentos exclusivos até o limite máximo de 15% do patrimônio líquido de cada fundo de investimento. Para tanto, este deverá apresentar ao Instituto a justificativa técnica de aquisição.

VEDAÇÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

São vedadas as alocações de recursos nos seguintes ativos:

Renda Fixa

Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais; notas de créditos à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE); as obrigações de organismos multilaterais emitidas no país; certificados de recebíveis de emissões de companhias

securitizadoras; FIDC, FIC de FIDC; títulos ou valores mobiliários não mencionados explicitamente nos incisos do artigo 18 da resolução CMN 3.792.

Observação: as vedações supracitadas não se aplicam aos investimentos em fundos não exclusivos multimercados classificados no segmento estruturado, respeitado o disposto na Resolução CMN 3.792.

Renda Variável

Títulos e valores mobiliários de emissão de sociedade de propósito específico (SPE); debêntures com participação nos lucros; certificados de potencial adicional de construção (CEPAC); certificações de reduções certificadas de emissão (RCE) ou de crédito de carbono do mercado voluntário; certificados de ouro físico.

Investimentos Estruturados

Não serão permitidos investimentos em cotas de fundos de investimento em participações e em cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento em participações; em cotas de fundos de investimento em empresas emergentes e em cotas de fundos de investimento imobiliário. As posições existentes em 31 de agosto de 2005 poderão ser mantidas até seu vencimento final.

Imóveis

Empreendimentos imobiliários e outros imóveis que não destinados à locação. Fica vedada, ainda, a alocação de recursos em imóveis destinados à locação, quando for clara a existência de conflito de interesses.

Observação: as vedações supracitadas não se aplicam aos investimentos em fundos não exclusivos multimercados classificados no segmento estruturado, respeitado o disposto na Resolução CMN 3.792.

Operações com Participantes

Financiamentos imobiliários.

VEDAÇÃO DE OPERAÇÕES DE DAY TRADE

São vedadas as operações de Day Trade, nos fundos exclusivos que compõem os segmentos de renda fixa e variável.

META DE RENTABILIDADE PARA CADA SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento de Aplicação	Meta de Rentabilidade (Benchmark)
I – Renda Fixa	
a) Fundo Multimercado Exclusivo	(60% IMA-B + 40% CDI) + 1,5% a.a.
b) Fundo Exclusivo ALM	NTN-B 2040 17,26%
	NTN-B 2045 49,80%
	NTN-B 2050 15,78%
	NTN-C 2031 17,16%
c) Fundo Caixa	100% CDI
d) Carteira Própria	INPC + 6,5% a.a.
II – Renda Variável	
a) Fundo Bolsa Passiva	IBOVESPA
b) Fundo Bolsa Ativa	IBOVESPA + 2% a.a.
c) Fundo Bolsa Valor	IBOVESPA + 8% a.a.
d) Fundo de Fundos	IBOVESPA + 5% a.a.
III – Investimentos Estruturados	
a) Fundo de Investimento em Fundos de Investimento Multimercados	CDI + 4,5% a.a.
b) Fundos de Investimento em Participações	INPC + 6,5% a.a.
IV – Investimentos no Exterior	
a) Os ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM	MSCI World Index
V – Imóveis	
a) Imóveis para aluguel e renda	INPC + 4,5%
VI – Operações com Participantes	
a) Empréstimos	INPC + 7,0% a.a.

Legenda:

IFM-I - Índice de Fundos Multimercados Institucional

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

IMA-B - Índice de Mercado ANBIMA atrelado à inflação medida pelo IPCA e atrelado aos títulos NTN-B.

Índice de Referência (Ibovespa, IBrX, IBrX-50, Small Caps), divulgado pela BM&F Bovespa

IDIV - Índice de Dividendos, divulgado pela BMF Bovespa

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, divulgado pelo IBGE

SELIC - Taxa básica de juros brasileira, definida pelo Banco Central

IHFA - Índice AMBIMA de Hedge Funds

APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS – METODOLOGIA OU FONTES DE REFERÊNCIA

Investimentos no Segmento de Renda Fixa e Renda Variável

Os ativos que compõem esses segmentos seguirão os princípios gerais e políticas de marcação a merca-

do baseados no código de autorregulação para fundos de investimento e nas Diretrizes de Marcação a Mercado da ANBIMA, as quais constam no manual de precificação de ativos utilizado pelo agente custodiante - Banco Bradesco e disponibilizado em seu site - www.bradescocustodia.com.br.

O NUCLEOS incentiva o uso de plataformas eletrônicas de negociação por parte de seus gestores, de forma a obter o máximo de transparência nas negociações de seus ativos financeiros.

A aquisição de títulos públicos e privados deve ocorrer preferencialmente através do mercado primário ou do mercado secundário eletrônico.

Todos os títulos e valores mobiliários do Instituto devem ser marcados a mercado, exceto aqueles em que a Diretoria Executiva optar por carregar até o vencimento, suportado em estudo técnico, com recomendação do Comitê Consultivo de Investimentos e aprovação do Conselho Deliberativo.

Investimentos Estruturados

FIP CRT - De acordo com o parágrafo segundo do artigo 31 do regulamento do fundo, utiliza-se o método de fluxo de caixa mensal descontado, elaborado com base nas informações e projeções financeiras fornecidas pela companhia.

Energia PCH FIP - De acordo com o Capítulo XV, artigo 54 e parágrafo único do regulamento do fundo, os ativos componentes da carteira do fundo serão avaliados e contabilizados diariamente pela administradora, conforme os seguintes critérios:

(i) as ações e os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda variável sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão contabilizadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelo método de equivalência patrimonial, o que melhor refletir o valor de realização do investimento, a critério da administradora ou conforme deliberação da assembleia geral de quotistas ou, ainda, previsão do boletim de subscrição, no caso de integralização de quotas em ativos; (ii) títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa sem cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo custo de aquisição,

ajustado pela curva do título, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento; (iii) os demais títulos e/ou valores mobiliários de renda fixa ou variável com cotação disponível no mercado serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes de marcação a mercado e com a política interna de contabilização de ativos da administradora e/ou do gestor, fixados em seu Manual de Marcação a Mercado.

Parágrafo Único - Em situações em que a administradora considere que nenhum dos critérios para contabilização acima reflita adequadamente o valor de realização dos ativos do Fundo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma justificada, adotar outros critérios de contabilização que melhor reflitam tal valor de realização, devendo comunicar ao Comitê Consultivo de Investimentos e aos quotistas a respeito dos critérios utilizados.

Imóveis

Laudo de avaliação com as especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT, além das exigências do Ministério da Fazenda, Banco Central, Banco do Brasil, CVM e SUSEP.

Empréstimos aos Participantes

Somatório dos saldos devedores atualizados, de acordo com as regras estabelecidas nos respectivos contratos de mútuo.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS – METODOLOGIA E CRITÉRIOS

Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

Objetivos

Segundo o art. 13 da Resolução CMN nº 3792, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retor-

no esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.

Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através do Value at Risk (VaR) e do Benchmark Value-at-Risk (B-VaR).

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

Value at Risk

O VaR é uma medida utilizada para controlar e avaliar o risco de mercado, sendo definido da seguinte forma: Medida, que demonstra (sob condições normais de mercado) a máxima perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência (nível de confiança).

O cálculo do VaR considerará:

- o modelo não paramétrico;
- horizonte de tempo de 21 dias úteis; e intervalo de confiança de 95%.

Benchmark-VaR

O B-VaR é um modelo adequado para avaliar a aderência da gestão a um determinado mandato. Ele pode ser entendido como uma medida da diferença entre o retorno esperado do fundo ou carteira em relação ao retorno esperado para o benchmark definido.

O cálculo do B-VaR considerará:

- o modelo não paramétrico
- horizonte de tempo de 21 dias úteis; e intervalo de confiança de 95%

O monitoramento dos investimentos será feito separadamente para os diferentes mandatos, com periodicidade mensal, de acordo com os seguintes limites:

Segmento de Aplicação	Limite de Risco (B-VaR)
I – Renda Fixa	
a) Fundo Multimercado Exclusivo	2,00%
b) Fundo Exclusivo ALM	3,00%
c) Fundo Caixa	0,50%
d) Carteira Própria	NA
II – Renda Variável	
a) Fundo Bolsa Passiva	2,50%
b) Fundo Bolsa Ativa	5,00%
c) Fundo Bolsa Valor	15,00%
d) Fundo de Fundos	10,00%
III – Investimentos Estruturados	
a) Fundo de Investimento em Fundos de Investimento Multimercados	NA
b) Fundos de Investimento em Participações	NA
IV – Investimentos no Exterior	
a) Fundo de Investimentos no Exterior	10%
V – Imóveis	
a) Imóveis para aluguel e renda	NA
VI – Operações com Participantes	
a) Empréstimos	NA

Caso algum dos mandatos exceda o limite de VaR e B-VaR, cabe ao administrador do plano notificar seus gestores sobre o ocorrido e avaliar, de acordo com as condições de mercado, a medida mais adequada a ser tomada.

ANÁLISE DE STRESS

Genários de stress

A avaliação dos investimentos em análises de stress passa necessariamente pela definição de cenários de stress, que podem considerar mudanças bruscas em variáveis importantes para o apereamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de stress não precisam apresentar necessariamente relação com o passado, uma vez que buscam simular variações futuras adversas.

Controle

Para o monitoramento do valor de stress da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: BM&F
- Periodicidade: mensal

O controle das análises de stress não obedecerá a nenhum limite, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

Risco Sistêmico

O risco sistêmico pode ser definido como o risco de perdas devido a alterações no ambiente operacional. Como exemplo, podemos citar o caso de uma instituição financeira que não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um “efeito dominó”, que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia, que poderá levar a uma severa recessão.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil - Bacen, tais como o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e a Transferência Eletrônica Disponível (TED), que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

Em ocorrendo o colapso em questão, será elaborado um relatório de simulação de cenários para avaliação dos investimentos do Instituto, baseado nas in-

formações prestadas pelos gestores dos fundos de investimentos e pela consultoria financeira Aditus. O relatório será apresentado ao Comitê Consultivo de Investimentos da entidade (CCI) e ao Conselho Deliberativo (CD), abordando a conjuntura macroeconômica e as tendências esperadas. A finalidade desse relatório é fornecer subsídios para a definição da alocação tática, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser definido como risco de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários detidos pelo Instituto em seus diversos segmentos de aplicação nos mercados em que são negociados.

O Instituto, observando a necessidade de liquidez imediata, mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de alta liquidez.

Risco Operacional

O risco operacional pode ser definido como uma medida da incerteza dos retornos dos investimentos do Instituto caso seus sistemas, práticas e medidas de controle não sejam capazes de evitar falhas humanas, danos à infraestrutura de suporte, utilização indevida de modelos matemáticos, ou produtos, ou alterações no ambiente de negócios.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação dos riscos operacionais envolvidos na gestão de seus ativos.

Risco Legal

O risco legal pode ser definido como uma medida numérica da incerteza dos retornos de uma instituição, caso seus contratos não possam ser legalmente amparados por falta de representatividade por parte de um negociador, por documentação insuficiente, insolvência ou ilegalidade.

O Instituto adota as medidas necessárias ao controle e à avaliação do risco legal envolvidos na gestão de seus ativos.

Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser definido como uma medida numérica da incerteza relacionada ao recebimento de um valor contratado/compromissado, a ser pago por um tomador de empréstimo, contraparte de um contrato ou emissor de um título, descontadas as expectativas de recuperação e realização de garantias.

No Instituto, as classificações de risco de crédito privado serão baseadas em classificações (ratings) estabelecidas pelas seguintes agências:

- a) Fitch Ratings
- b) Standard Poor's
- c) Moody's

Como Política de Investimentos, o Instituto somente irá adquirir títulos classificados como de baixo risco de crédito e que tenham sido avaliados por agência de classificação de risco em funcionamento no país. Os títulos privados adquiridos antes de 1º de setembro de 2005, e que constam da carteira própria, são as únicas exceções à regra e serão levados a vencimento.

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo papel de forma diversa, o NUCLEOS adotará para fins de classificação de risco de crédito aquela que for mais conservadora.

No entendimento do Instituto, são considerados como de baixo risco de crédito, os seguintes níveis:

Agência Classificadora	Ratings Considerados como Baixo Risco de Crédito		
	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
Fitch Ratings	AAA(bra)	AA(bra)-	A(bra)-, F1(bra)
Moody's Investor	Aaa.br	Aa3br	A3.br
Standard & Poors	brAAA	brAA-brA-1	brA-, brA-2

Risco de degradação da qualidade do crédito

Na eventualidade de uma degradação de crédito após a aquisição do ativo, o fato será objeto de comunicação aos órgãos estatutários que, conjuntamente com o Comitê Consultivo de Investimentos, definirão a providência a ser adotada, se cabível.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A entidade não observa princípios de responsabilidade socioambiental.

R\$ 8,7 bilhões em ativos sob gestão da Icatu Vanguarda.

Um número de quem sabe que o maior ativo é a confiança do cliente.

Fazendo parte de um grupo presente há mais de 25 anos no Brasil, a Icatu Vanguarda acumula os mais reconhecidos **prêmios de performance de fundos de investimentos do país**, sendo responsável por administrar um total de ativos superior a **R\$ 8,7 bilhões**. Por toda essa solidez e competência, a Icatu Vanguarda se mantém à frente para que seus clientes permaneçam satisfeitos com os resultados.



www.ikatuvanguarda.com.br

21 3824-7107 | asset@ikatuvanguarda.com.br



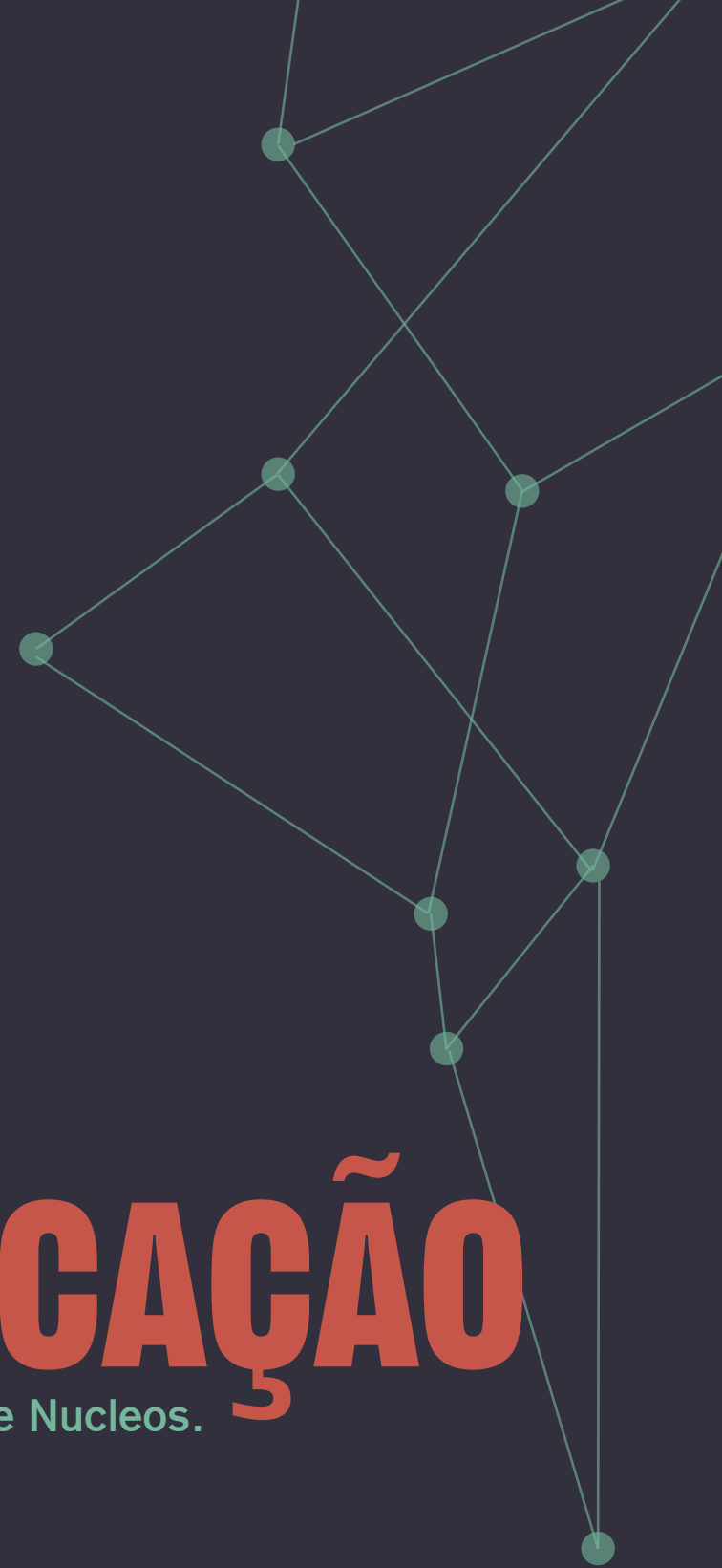
Fonte: ANBIMA, dezembro de 2013. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. A rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Fundos de investimento não contam com a garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou do fundo garantidor de crédito - FGC. Os investidores devem estar preparados para aceitar os riscos inerentes aos diversos mercados em que os fundos atuam, e, conseqüentemente, possíveis variações no patrimônio investido.





QUALIFICAÇÃO

Qualificação da equipe Nucleos.



QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE DO NUCLEOS

1. PROFISSIONAIS CERTIFICADOS ATÉ 31.12.2013

QUADRO DE CERTIFICADOS	
EQUIPE NUCLEOS	ÁREA
NORMAN VICTOR WALTER HIME	Presidente
LUIZ CLAUDIO LEVY CARDOSO	Diretor Financeiro
PAULO SÉRGIO POGGIAN	Diretor de Benefícios
ANDREIA SIMÕES LEMOS ALEGRE	Assessora Jurídica
KENIA MERHEB DINIZ	Assessora de Relacionamento
JORGE PEDRO DA COSTA EWBANK	Gerente de Administração e Gestão de Pessoal
ISAAC FERREIRA DA SILVA	Gerente de Controles Internos e Tecnologia
REGINALDO DE SANTANA RIBEIRO	Gerente Financeiro
RUY COSTA FERREIRA FILHO	Gerente de Investimentos
MARIA LUISA MIRANDA DE OLIVEIRA	Gerente de Seguridade Supletiva
ÍTALO JOSÉ DA SILVA	Analista de Seguridade Supletiva
PAULO CESAR DA ROCHA DANTAS	Presidente do Conselho Deliberativo (Em Exercício)
ANDRÉ RIBEIRO MIGNANI	Titular do Conselho Deliberativo
RONALDO TEIXEIRA BUFFA	Suplente do Conselho Deliberativo
CLÉZIO DOS SANTOS OLIVEIRA	Suplente do Conselho Deliberativo
DANIEL MORAES DA COSTA	Membro do Comitê Consultivo de Investimentos
ANTONIO EDUARDO DA SILVA	Analista de Investimentos

2. PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ABRAPP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP
ANDREIA SIMÕES LEMOS ALEGRE	Regional Sudeste - Assuntos Jurídicos
FERNANDO MARTINS SANTOS	Regional Sudeste - Contabilidade
ISAAC FERREIRA DA SILVA	Regional Sudeste - Governança e Ti
ÍTALO JOSÉ DA SILVA	Regional Sudeste - Seguridade
JORGE PEDRO DA COSTA EWBANK	Regional Sudeste - Recursos Humanos
KENIA MERHEB DINIZ	Regional Sudeste - Relacionamento com o Participante
MARIA LUISA MIRANDA DE OLIVEIRA	Nacional - Atuária
RUY COSTA FERREIRA FILHO	Regional Sudeste - Investimentos
SUENE ALVES BRANDÃO GUIMARÃES	Regional Sudeste - Comunicação e Marketing

ARX INVESTIMENTOS: 1º LUGAR NO RANKING TOP GESTÃO DA REVISTA VALORINVESTE¹ PELO 3º ANO CONSECUTIVO.

A ARX Investimentos é uma empresa voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros no Brasil e possui R\$ 14,3 bilhões² em recursos sob gestão ativa nas estratégias Ações, Multimercados e Renda Fixa, distribuídos em clientes Institucionais, Pessoas Físicas, Family Offices, Distribuidores e Empresas.

A empresa recebeu pelo terceiro ano consecutivo o prêmio Top Gestão 2013 (categoria: Focadas/ Renda Variável¹). O ranking foi elaborado pela Standard & Poor's e publicado na Revista ValorInveste, edição de junho de 2013.



BNY MELLON

INVESTMENT MANAGEMENT + INVESTMENT SERVICING

www.arxinvestimentos.com.br

²Dados atualizados mensalmente com o fechamento de dezembro de 2013.

O ranking anual "Top Gestão" referente à 2012 foi publicado na edição nº 69, em junho de 2013, na Revista Valor Investe e também está disponível no site <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=1&edicao=69>. O ranking anual "Top Gestão" referente à 2011 foi publicado na edição nº 60, em abril de 2012, na Revista Valor Investe e também está disponível no site <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=1&edicao=60>. O ranking anual "Top Gestão" referente à 2010 foi publicado na edição nº 49, em abril de 2011, na revista Valor Investe e também está disponível no site <http://www.revistavalor.com.br/home.aspx?pub=1&edicao=49>.

Esse anúncio não constitui oferta ou qualquer sugestão ou recomendação de investimento, em particular ou em geral, e não leva em conta objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades particulares de qualquer pessoa física ou jurídica individualmente considerada.



COMUNICAÇÃO

Conexão é investir em
informação e transparência.



1. COMUNICADOS

Comunicados enviados aos participantes em 2013		
Nº	Data	Assunto
001	11/01/2013	Nova tabela de contribuição - Custeio 2013
002	07/02/2013	Expediente Carnaval
003	08/02/2013	Tabela de cálculo de contribuição
004	18/03/2013	Divulgação de carta - Elogio da Nuclep
005	22/03/2013	Expediente Semana Santa
006	18/04/2013	Expediente São Jorge
007	28/05/2013	Expediente Corpus Christi
008	03/06/2013	Resp. sobre matérias fundos de pensão
009	02/08/2013	Esclarecimentos sobre investimentos
010	28/08/2013	Esclarecimentos da Diretoria Executiva
011	28/08/2013	Ação Penal contra ex-dirigentes
012	29/08/2013	Mensagem do presidente
013	14/11/2013	Pesquisa de Satisfação
014	12/12/2013	Expediente Nucleos - confraternização de Final de Ano

2. EDIÇÕES DO INFORMATIVO NUCLIN

Edição 69 | Outubro /2013



3. EDIÇÕES DO INFORMATIVO NUCLIN EXPRESS

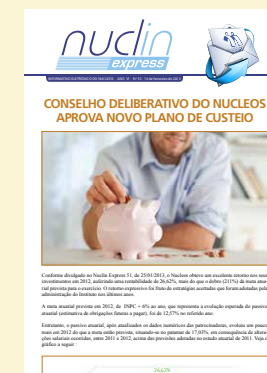
Edição 51 | 25/01/2013



Edição 52 | 05/02/2013



Edição 53 | 14/02/2013



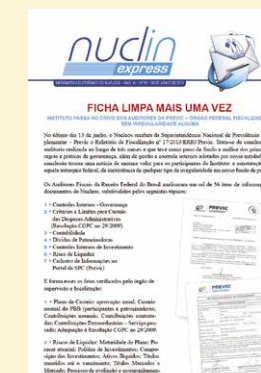
Edição 54 | 11/03/2013



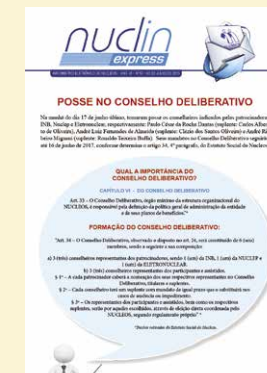
Edição 55 | 15/04/2013



Edição 56 | 19/06/2013



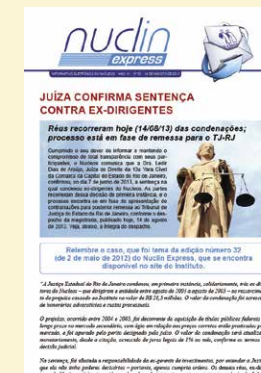
Edição 57 | 03/07/2013



Edição 58 | 15/07/2013



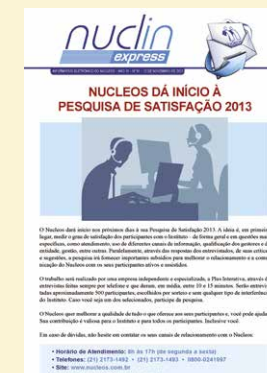
Edição 59 | 14/08/2013



Edição 60 | 13/09/2013



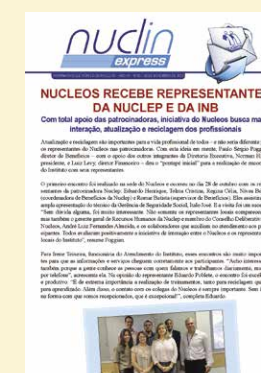
Edição 61 | 12/11/2013



Edição 62 | 21/11/2013



Edição 63 | 29/11/2013



Edição 64 | 20/12/2013



Faça a escolha certa ao contratar o Sistema de Previdência para a sua entidade.



O Sistema corporativo de Previdência completo que reúne funcionalidade, tecnologia de ponta e atendimento especializado para instituições de Previdência.



PREVIDENCIÁRIO



ADMINISTRATIVO



INVESTIMENTO



ASSISTENCIAL



CALL CENTER



OBRIGAÇÕES



FERRAMENTAS

SEJA UM PARCEIRO DA MESTRA E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS NA GESTÃO DA SUA ENTIDADE.



Há 17 anos, a gente cuida do seu dinheiro para que você possa se dedicar ao que realmente importa.

A SulAmérica Investimentos possui equipe especializada para atender as suas necessidades, oferecendo um portfólio de produtos diferenciados, com experiência e estratégia consistente. Hoje, a SulAmérica Investimentos é uma das maiores e mais confiáveis gestoras independentes de recursos do país.

Credibilidade atestada pela Standard & Poor's, que classificou a empresa pelo quarto ano consecutivo como AMP-1 Muito Forte*, a melhor classificação na escala de ratings da agência. Com solidez, transparência e excelência, a SulAmérica Investimentos está pronta para os próximos 17 anos de compromisso na gestão dos seus recursos.



Fundos de investimentos não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos-FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futuro. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e do regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação de performance dos fundos de investimentos, é recomendável a análise de um período de, no mínimo, 12 meses. *AMP-1 (Muito Forte): classificação atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros (AMP - Asset Management Practices), publicada pela Standard & Poor's ao mercado em 6/7/2009 e reavaliada em comunicado emitido em 5/10/2010, 24/10/2011 e 06/12/2012. Mais informações podem ser obtidas no site www.standardandpoors.com.br.



nucleos

Instituto de Seguridade Social

Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul - Centro
20.031-919 – Rio de Janeiro – RJ
www.nucleos.com.br